

INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
SUDESTE DE MINAS GERAIS

MINISTERIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIENCIA E TECNOLOGIA SUDESTE DE MINAS
GERAIS

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINARIA ANUAL
RELATORIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2010

Março/2011



MINISTERIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIENCIA E TECNOLOGIA SUDESTE DE MINAS
GERAIS

RELATORIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2010

Relatório de Gestão do exercício de 2010 apresentado aos órgãos de Controle Interno e Externo como prestação de contas ordinária anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 107/2010 e da Portaria TCU nº 277/2010 e das orientações dos órgãos de controle interno.

Juiz de Fora, 29 de Março de 2010

Lista de Abreviações

RG	-	Relatório de Gestão
IN	-	Instrução Normativa
DN	-	Decisão Normativa
TCU	-	Tribunal de Contas da União
CGU	-	Controladoria Geral da União
PORT	-	Portaria
IF	-	Instituto Federal
EAD	-	Educação a Distância
UJ	-	Unidade Jurisdicionada
NIT	-	Núcleo de Inovação Tecnológica
PDI	-	Plano de Desenvolvimento Institucional
PPI	-	Plano Pedagógico Institucional

LISTA DE QUADROS E TABELAS

QUADRO A.1.1 – IDENTIFICAÇÃO DA UJ – RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL	12
Tabela 01. Políticas de Ensino	20
Tabela 02. Políticas de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico	22
Tabela 03. Políticas de Extensão.....	24
Tabela 04. Políticas de Inovações Pedagógicas	26
Tabela 05. Políticas de Recursos Humanos	27
Tabela 06. Políticas de Gestão Integrada	29
QUADRO A.2.2 – Execução Física das Ações Realizadas pela Unidade Jurisdicionada.....	33
QUADRO A.2.3 – IDENTIFICAÇÃO DAS UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS	35
Quadro A.2.4 - Programação de Despesas Correntes	36
Quadro A 2.5 - Programação de Despesas de Capital	37
Quadro A.2.6 – Resumo da Programação de Despesas	38
Quadro A 2.8 Despesas Por Modalidade de Contratação dos Créditos Originários da UJ.....	39
Quadro A 2.9 Despesas Correntes por Grupo de Elemento de Despesa dos Créditos Originários da UJ	40
Quadro A 2.10 Despesas de Capital por Grupo de Elemento de Despesa dos Créditos Originários da UJ	41
Quadro A.2.11 – Despesas por Modalidade de Contratação dos Créditos Recebidos por Movimentação.....	42
Quadro A.2.12 – Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação.....	43
Quadro A.2.13 – Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação	44
Quadro A.4.4 – Situação dos Restos a Pagar de Exercícios Anteriores	53
QUADRO A.5.1 – COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE RECURSOS HUMANOS – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2010	54
QUADRO A.5.2 – COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE RECURSOS HUMANOS POR FAIXA ETÁRIA – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2010	55
QUADRO A.5.3 – COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE RECURSOS HUMANOS POR ESCOLARIDADE – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2010	56
QUADRO A.5.4 – COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2010	57
QUADRO A.5.5 – COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE INSTITUIDORES DE PENSÃO – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2010	57
QUADRO A.5.6 – COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS	57
QUADRO A.5.7 – QUADRO DE CUSTOS DE RECURSOS HUMANOS NOS EXERCÍCIOS I 2008, 2009 E 2010	58
QUADRO A.5.8 – CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE	

E VIGILÂNCIA OSTENSIVA	60
QUADRO A.5.9 – CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA	66
QUADRO A.5.10 – DISTRIBUIÇÃO DO PESSOAL CONTRATADO MEDIANTE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA	73
Quadro A.2.7 Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa	78
QUADRO A.9.1 – ESTRUTURA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ	84
QUADRO A.10.1 – GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS	86
QUADRO A.11.1 – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL DE PROPRIEDADE DA UNIÃO	88
QUADRO A.11.2 – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL LOCADOS DE TERCEIROS.....	89
QUADRO A.11.3 – DISCRIMINAÇÃO DOS BENS IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO SOB RESPONSABILIDADE DA UJ	90
QUADRO A.12.1 – GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DA UJ	91
DESPESAS COM SUPRIMENTO DE FUNDOS E CARTÃO DE PAGAMENTO.....	93
QUADRO A.15.1 – CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO.	94
Tabela 7. Cursos Técnicos ofertados em 2010	97
Tabela 8. Cursos Superiores ofertados em 2010.....	99

Sumário

1. IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA	12
2. RESPONSABILIDADE, OBJETIVOS E METAS INSTITUCIONAIS – PAPEL DA UNIDADE NA EXECUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS	13
2.1. INTRODUÇÃO - PERFIL INSTITUCIONAL	13
2.1.1 - Histórico de Implantação e Desenvolvimento da Instituição	14
2.1.2 - Inserção Regional	17
2.1.3 - Áreas de Atuação	18
2.2. RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS DO INSTITUTO	18
2.3 - PRINCIPAIS PROGRAMAS E AÇÕES	19
2.3.1 – Objetivos, Metas e Ações	19
2.3.2. Estratégias De Atuação Frente As Responsabilidades Institucionais	32
2.4. PROGRAMAS DE GOVERNO SOB A RESPONSABILIDADE DA UNIDADE	33
2.5 GESTÃO ORÇAMENTÁRIA/FINANCEIRA	35
2.5.1 Programação Orçamentária Da Despesa	35
2.5.2 - Execução Orçamentária Das Despesas	39
2.5.2.1 Execução Orçamentária Dos Créditos Originários Da UJ	39
2.5.2.2 Execução Orçamentária De Créditos Recebidos Pela UG Por Movimentação	42
2.6. INDICADORES INSTITUCIONAIS	45
2.6.1. MÉTODOS DE CÁLCULO PARA OS INDICADORES DE GESTÃO DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA – EPT DETERMINADOS NO ACÓRDÃO 2.267/2005- TCU E INDICADORES DO INSTITUTO	46
3. INFORMAÇÕES SOBRE A MOVIMENTAÇÃO E OS SALDOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	53
4. INFORMAÇÕES SOBRE RECURSOS HUMANOS	54
5. MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	78
6. DECLARAÇÃO DA ÁREA RESPONSÁVEL ATESTANDO QUE AS INFORMAÇÕES REFERENTES A CONTRATOS E CONVÊNIOS OU OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES ESTÃO DISPONÍVEIS E ATUALIZADAS, RESPECTIVAMENTE, NO SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO DE SERVIÇOS GERAIS – SIASG E NO SISTEMA DE GESTÃO DE CONVÊNIOS, CONTRATOS DE REPASSE E TERMOS DE PARCERIA – SICONV, CONFORME ESTABELECE O ART. 19 DA LEI Nº 12.309, DE 9 DE AGOSTO DE 2010.	83
7. INFORMAÇÕES SOBRE O CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES ESTABELECIDAS NA LEI Nº 8.730, DE 10 DE NOVEMBRO DE 1993, RELACIONADAS À ENTREGA E AO TRATAMENTO DAS DECLARAÇÕES DE BENS E RENDAS.	83
8. ESTRUTURA DE CONTROLES INTERNOS DA UNIDADE JURISDICIONADA	84
9. GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS	86
10. GESTÃO DE BENS IMOVEIS DE USO DA UNIÃO	88
11. GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	91
12. INFORMAÇÕES SOBRE A UTILIZAÇÃO DE CARTÕES DE PAGAMENTO DO GOVERNO FEDERAL, OBSERVANDO-SE AS DISPOSIÇÕES DOS DECRETOS NºS	

5.355/2005 E 6.370/2008.....	93
13. INFORMAÇÕES SOBRE AS PROVIDÊNCIAS ADOTADAS PARA ATENDER ÀS DELIBERAÇÕES EXARADAS EM ACÓRDÃOS DO TCU OU EM RELATÓRIOS DE AUDITORIA DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO QUE FISCALIZA A UNIDADE JURISDICIONADA OU AS JUSTIFICATIVAS PARA O SEU NÃO CUMPRIMENTO.....	94
14. INFORMAÇÕES SOBRE O TRATAMENTO DAS RECOMENDAÇÕES REALIZADAS PELA UNIDADE DE CONTROLE INTERNO, CASO EXISTA NA ESTRUTURA DO ÓRGÃO, APRESENTANDO AS JUSTIFICATIVAS PARA OS CASOS DE NÃO ACATAMENTO.....	96
15. OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS RELEVANTES PELA UNIDADE PARA DEMONSTRAR A CONFORMIDADE E O DESEMPENHO DA GESTÃO NO EXERCÍCIO...97	
15.1. RESULTADOS E CONCLUSÕES	97
CONCLUSÃO	103
ANEXOS	106

MISSÃO

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais tem como missão institucional promover a educação básica, profissional e superior, de caráter científico e tecnológico, gratuita, de qualidade e inclusiva, socialmente referenciada, por meio da articulação entre ensino, pesquisa e extensão, visando à formação ética, crítica e empreendedora, contribuindo com o desenvolvimento sustentável para uma sociedade mais justa e solidária

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

1. ÓRGÃOS COLEGIADOS

1.1. Colegiados superiores

1.1.1. Conselho Superior;

O Conselho Superior, de caráter consultivo e deliberativo, é o órgão máximo do Instituto Federal.

1.1.2 Colégio de Dirigentes;

O Colégio de Dirigentes, de caráter consultivo, é o órgão de apoio ao processo decisório da Reitoria.

1.1.3. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão;

1.1.4. Conselho de Campus, em cada *Campus*.

1.2. Colegiados consultivos

1.2.1. Comitê de Administração;

1.2.2. Comitê de Ensino;

1.2.3. Comitê de Extensão;

1.2.4. Comitê de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação;

1.2.5. Comitê de Desenvolvimento Institucional;

1.2.6. Comitê Gestor de Tecnologia da Informação.

2. REITORIA

O Instituto Federal será dirigido por um Reitor, escolhido em processo eletivo pelos servidores do quadro ativo permanente (docentes e técnico-administrativos) e pelos estudantes regularmente matriculados, nomeado na forma da legislação vigente, para um mandato de 04 (quatro) anos, contados da data da posse, permitida uma recondução.

Ao Reitor compete representar o Instituto Federal, em juízo ou fora dele, bem como administrar, gerir, coordenar e superintender as atividades da Instituição.

A Reitoria é o órgão executivo do Instituto Federal, cabendo-lhe a administração, coordenação e supervisão de todas as atividades da autarquia.

2.1. Gabinete

O Gabinete, dirigido por um Chefe nomeado pelo Reitor, é o órgão responsável por organizar, assistir, coordenar, fomentar e articular a ação política e administrativa da Reitoria.

2.2. Pró-Reitorias

As Pró-Reitorias do Instituto Federal Sudeste de Minas Gerais, dirigidas por Pró-Reitores nomeados pelo Reitor, sendo órgãos executivos que planejam, superintendem, coordenam, fomentam e acompanham as atividades referentes às suas áreas de atuação.

2.2.1. Pró-Reitoria de Ensino;

À Pró-Reitoria de Ensino compete atuar nas políticas de ensino, articuladas à pesquisa e extensão.

2.2.2. Pró-Reitoria de Extensão;

À Pró-Reitoria de Extensão compete atuar nas políticas de extensão e relações com a sociedade, articuladas ao ensino e à pesquisa, junto aos diversos segmentos sociais.

2.2.3. Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação;

À Pró-Reitoria de Pesquisa compete atuar nas políticas de pesquisa, integradas ao ensino e à extensão, bem como promover ações de intercâmbio com instituições e empresas na área de fomento à pesquisa, ciência e tecnologia e inovação tecnológica.

2.2.4. Pró-Reitoria de Administração;

À Pró-Reitoria de Administração compete atuar nas políticas de planejamento, administração, gestão orçamentária, financeira e patrimonial.

2.2.5. Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional;

À Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional atuar nas políticas de desenvolvimento e a articulação entre as Pró-Reitorias e os *Campi*.

2.3. Diretorias Sistêmicas

As Diretorias Sistêmicas, dirigidas por Diretores nomeados pelo Reitor, são órgãos responsáveis por planejar, coordenar, executar e avaliar os projetos e atividades na sua área de atuação.

2.4. Auditoria Interna

A Auditoria Interna é o órgão de controle responsável por fortalecer e assessorar a gestão, bem como racionalizar as ações do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais e prestar apoio, dentro de suas especificidades no âmbito da Instituição, aos Órgãos do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e ao Tribunal de Contas da União, respeitada a legislação pertinente.

2.5. Procuradoria Federal

A Procuradoria Federal é o órgão de execução da Procuradoria-Geral Federal responsável pelas atividades de consultoria e assessoramento jurídico, observada a legislação pertinente.

3. **CAMPI, que para fins da legislação educacional, são considerados Sedes.**

Os *Campi* do Instituto Federal são administrados por Diretores-Gerais e têm seu funcionamento estabelecido pelo Regimento Geral.

O Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais é composto pelos seguintes *Campi*:

3.1. Campus Rio Pomba

3.2. Campus Barbacena

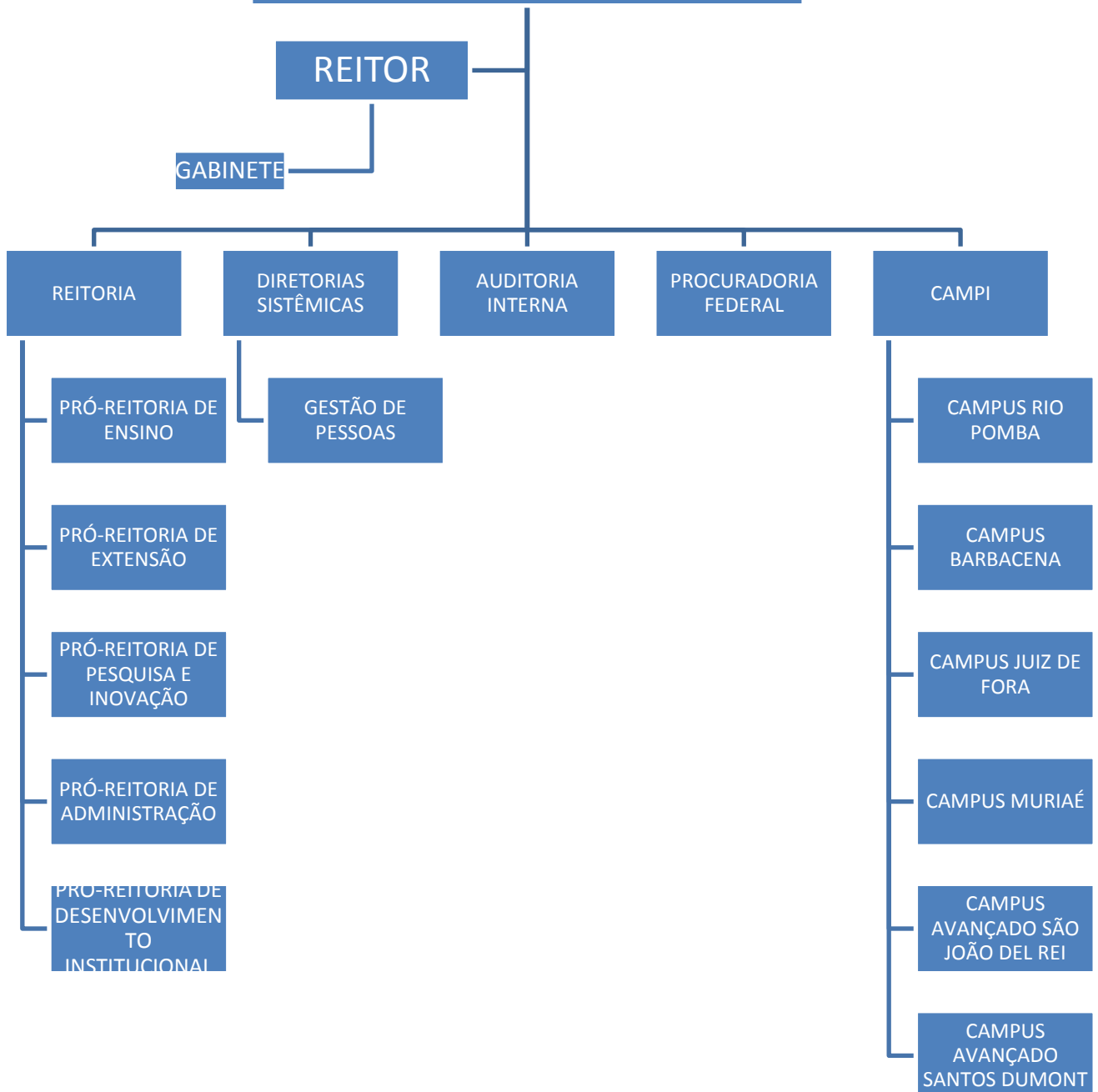
3.3. Campus Juiz de Fora

3.4. Campus Muriaé

3.5. Campus Avançado de São João Del Rei

3.6. Campus Avançado de Santos Dumont

INSTITUTO FEDERAL DO SUDESTE DE MINAS GERAIS



1. IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA

QUADRO A.1.1 – IDENTIFICAÇÃO DA UJ – RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL

Poder e Órgão de Vinculação		
Poder: Executivo		
Órgão de Vinculação: Ministério da Educação		Código SIORGI: 244
Identificação da Unidade Jurisdicionada		
Denominação completa: Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Sudeste de MG		
Denominação abreviada: IF SUDESTE MG		
Código SIORG: 100902	Código LOA: 26411	Código SIAFI: 158123
Situação: Ativa		
Natureza Jurídica: Autarquia Federal		
Principal atividade: Administração Pública em geral		Código CNAE: 84.11-6
Telefone/fax contato:	(32) 3257- 4100	
Email: proadplan@ifsudestemg.edu.br		
Página na internet: www.ifsudestemg.edu.br		
Endereço Postal: Av. Francisco Bernardino, 165 – 4º andar – Centro – Juiz de Fora/ MG		
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada		
Criado pela Lei nº 11892 de 29/12/2008, publicado DOU 30/12/2008.		
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada		
Regimento Geral do Instituto Federal e Estatuto do Instituto Federal		
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada		
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Código SIAFI	Nome	
158412	Instituto Federal Sudeste de Minas Gerais – Campus Rio Pomba	
158413	Instituto Federal Sudeste de Minas Gerais – Campus Barbacena	
158414	Instituto Federal Sudeste de Minas Gerais – Campus Juiz de Fora	
158415	Instituto Federal Sudeste de Minas Gerais – Campus Muriaé	
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Código SIAFI	Nome	
26411	Instituto Federal Sudeste de Minas Gerais – Campus Rio Pomba	
26411	Instituto Federal Sudeste de Minas Gerais – Campus Barbacena	
26411	Instituto Federal Sudeste de Minas Gerais – Campus Juiz de Fora	
26411	Instituto Federal Sudeste de Minas Gerais – Campus Muriaé	
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões		
Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão	
158412	26411	
158413	26411	
158414	26411	
158415	26411	

FONTE: Pró-Reitoria de Administração

2. RESPONSABILIDADE, OBJETIVOS E METAS INSTITUCIONAIS – PAPEL DA UNIDADE NA EXECUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

2.1. INTRODUÇÃO - PERFIL INSTITUCIONAL

O Relatório de Gestão do Instituto Federal Sudeste de MG para o ano de 2010 foi estruturado em seu conteúdo procurando cumprir as orientações da Portaria-TCU nº 277, de 7 de Dezembro de 2010 e da Decisão Normativa TCU nº 107/2010 em seu anexo II.

O item 3 - informações sobre o reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos e o item 14 - informações sobre Renúncia Tributária, contendo declaração do gestor de que os beneficiários diretos da renúncia, bem como da contrapartida, comprovaram, no exercício, que estavam em situação regular em relação aos pagamentos dos tributos juntos à Secretaria da Receita Federal do Brasil – SRFB, ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS e à Seguridade Social não apresentaram ocorrências para o período em análise do Relatório de Gestão.

Os Campi avançados de São João Del Rei e Santos Dumont por ainda não serem Unidades Gestoras e não terem unidade orçamentária própria tiveram seus orçamentos executados pela UG da Reitoria – 158123. Os demais Campi realizaram a execução orçamentária na própria UG.

Uma das principais realizações para o ano de 2010 foi que com a expansão do ensino tecnológico no País conseguimos um aumento significativo no número de servidores, técnicos administrativos e docentes, e discentes em nossos campi, porém ainda em número insuficiente para atender nossas necessidades de Expansão e reestruturação. De maior relevância foi a inauguração do Campus Avançado em Santos Dumont, com cursos técnicos e posteriormente com graduação e pós-graduação exclusivamente na área do transporte ferroviário, a fim de suprir uma demanda grande de profissionais dessa área no Brasil. Na parte administrativa já estamos conseguindo uma melhor interação entre a Reitoria e os Campi em função das novas metodologias de Gestão implantadas com a criação dos Institutos.

A principal dificuldade enfrentada no ano foi sem dúvida a falta de estrutura física em nossos campi, uma vez que os recursos repassados pela União não foram suficientes para a conclusão da expansão dos Campi recém criados, bem como a reestruturação dos antigos campi que foram incorporados ao Instituto. Desta forma estamos enfrentando problemas como déficit de laboratórios e seus equipamentos, salas de aula, etc que em muito prejudicaram as atividades acadêmicas do Instituto no ano do exercício.

Em 2011 tentaremos concluir as obras necessárias para o bom funcionamento das atividades de ensino, pesquisa e extensão do Instituto Federal do Sudeste MG, bem como buscar recursos extra orçamentários visando a construção de novos laboratórios e equipamentos para os mesmos, no sentido de proporcionar aos alunos do Instituto cada vez melhores condições de ensino de modo a tornar o mesmo uma referência na Educação Profissional e Tecnológica do País.

Salientamos ainda que na elaboração do relatório de gestão 2010 procuramos atender as recomendações da Controladoria Geral da União e do Tribunal de Contas da União de forma a elaborar um relatório que atenda aos princípios legais e demonstre de forma clara as principais ações do Instituto no ano de 2010, de modo a satisfazer não só aos órgãos fiscalizadores, mas também Sociedade em geral. Salientamos também que em função de ser o segundo ano do Instituto Federal, não existe uma série histórica relevante para análise, o que inviabiliza em muitos casos, uma análise mais criteriosa da evolução dos dados e indicadores do mesmo.

2.1.1 - Histórico de Implantação e Desenvolvimento da Instituição

Com a promulgação da Lei nº 11.892, que cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, inicia-se a história do Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais. A Instituição multicampi é composta pelo Campus Barbacena (Escola Agrotécnica Federal de Barbacena), Campus Juiz de Fora (Colégio Técnico Universitário), Campus Rio Pomba (CEFET Rio Pomba), Campus Muriaé (expansão), Campus Avançado de São João Del Rey, Campus Avançado Santos Dumont. Cada um desses campi tem trajetórias de Educação Profissional e Tecnológica que se apresentam descritas a seguir:

Campus Barbacena

Em 1910, momento político de consolidação da República, a cidade de Barbacena ocupava lugar de destaque na política nacional e participava das grandes decisões nacionais. Em ação conjunta, foi reivindicada ao Governo Federal a instalação na cidade do Aprendizado Agrícola, o qual foi criado pelo Decreto nº 8.358, de 09 de novembro de 1910, do Exmº Senhor Presidente Nilo Peçanha. Sua finalidade era o cultivo de frutas nacionais e exóticas e o ensino prático da fruticultura, considerando a situação geográfica e o clima propício. A 10 de dezembro do mesmo ano, a Fazenda Nacional adquiriu uma Chácara, com benfeitorias, com área total de 4.950.138,64m², futura instalação da Escola, quando foi nomeado seu primeiro diretor, o Prof. Diaulas Abreu. De 1911 a 1913 ocorreu a construção da sede e dependências. O projeto da sede, em estilo rural francês, foi idealizado pelo arquiteto e paisagista francês Arsene Puttemas. As atividades da Escola tiveram início em 14 de julho de 1913 e sua denominação e subordinação foram sucessivamente modificadas, firmando sua reputação de excelência que a distingue até hoje. Pelo Decreto nº 22.934, de 13 de julho de 1933, foi mudada a denominação de Aprendizado Agrícola de Barbacena para Escola Agrícola de Barbacena, ainda subordinada ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Em 1946 a Lei Orgânica do Ensino Agrícola, criada pelo Decreto- Lei nº 613, de 20 de agosto, definia três tipos de estabelecimentos de ensino agrícola: Escolas de Iniciação Agrícola, Escolas Agrícolas e Escolas Agrotécnicas. No ano seguinte, no governo do Exmº Senhor Presidente Eurico Gaspar Dutra, pelo Decreto nº 22.506, de 22 de janeiro, a Escola passou a chamar-se Escola Agrotécnica de Barbacena. Em 1955, no governo do Exmº Senhor Presidente João Café Filho, a denominação passou a ser Escola Agrotécnica “Diaulas Abreu” subordinada ao então criado Ministério da Agricultura.

Em 1967, a Escola, que até então era subordinada ao Ministério da Agricultura, por meio da Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário, passou, pelo Decreto nº 60.731, de 19 de maio, para o Ministério da Educação e Cultura – MEC. Com a criação em 1973, da Coordenação nacional do Ensino Agrícola – COAGRI, pelo Decreto nº 72.423, de 09 de julho, a Escola passou a ser subordinada a este órgão, pertencente ao MEC. A partir da Lei nº 8.731, de 16 de novembro de 1993, a Escola Agrotécnica Federal de Barbacena “Diaulas Abreu” passou a condição de Autarquia Federal, vinculada à Secretaria de Educação Média e Tecnológica – SEMTEC, do Ministério da Educação. Em 2008, de acordo com a Lei nº 11.892, de 29 de dezembro, a Escola Agrotécnica Federal de Barbacena “Diaulas Abreu” passou a denominar-se Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais – Campus Barbacena, vinculado à Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica – SETEC, do Ministério da Educação.

Campus Juiz de Fora

O Campus Juiz de Fora do Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais tem origem em uma Escola Técnica vinculada à Universidade Federal de Juiz de Fora, o Colégio Técnico Universitário. A história do Colégio Técnico Universitário – CTU – tem início na década de 50, a partir da demanda por formação de técnicos advinda de um contexto de crescimento urbano e industrial. Foi inaugurado sob a denominação de “Cursos Técnicos da Escola de Engenharia”, no dia 02 de fevereiro de 1957, nas dependências da Escola de Engenharia. Primeiramente, ofereceram-se os cursos de “Máquinas e Motores”, “Eletrotécnica”, “Pontes e Estradas”, e “Edificações”. Em 1965, os “Cursos Industriais Técnicos”, foram incorporados, como órgão anexo, à Universidade Federal de Juiz de Fora passando então a denominação de Colégio Técnico Universitário, que, em 1999, conquistou o status de Unidade Acadêmica da Universidade. Em 1998, o Colégio conquistou sua sede própria, com área de 36.000 m² de espaço físico tendo condições de ampliar a oferta de cursos, tanto na área industrial como de serviços, e de conquistar sua autonomia administrativa e acadêmica, possibilitando a sua transformação em Campus Juiz de Fora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais.

Campus Rio Pomba

O Campus Rio Pomba teve sua origem na Lei nº 3.092/ 56, de 29 de dezembro de 1956, publicada no DOU de 02 de janeiro de 1957, com a denominação de “Escola Agrícola de Rio Pomba”, subordinada ao Ministério da Agricultura, utilizando as terras e benfeitorias do Departamento Nacional de Produção Animal e da Estação Experimental de Fumo do Serviço Nacional de Pesquisas Agronômicas, mantidos pelo Ministério da Agricultura no município de Rio Pomba – Minas Gerais. Ao longo de sua trajetória, passou por diversas transformações, tendo recebido denominações tais como Ginásio Agrícola de Rio Pomba, Colégio Agrícola de Rio Pomba, Escola Agrotécnica Federal de Rio Pomba – MG, sendo transformada em Autarquia em 16/11/1993 pela Lei nº 8.731, e Centro Federal de Educação Tecnológica de Rio Pomba. É uma instituição de base agrária, que se desenvolveu ao longo do tempo, e hoje atua em diversas áreas do conhecimento, oferecendo formação profissional tecnológica do nível básico à graduação. A partir da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, o CEFET- RP foi integrado ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais, como Campus Rio Pomba.

Campus Muriaé

O Campus Muriaé do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais, nasceu de uma parceria entre o antigo Centro Federal de Educação Tecnológica de Rio Pomba e a Prefeitura Municipal de Muriaé. Foram vários os motivos que levaram à busca pela implantação de uma unidade descentralizada do antigo CEFET Rio Pomba, no município de Muriaé, dos quais podemos destacar: a intenção do Governo Federal de ampliação da oferta de vagas para o segmento da Educação Profissional; o manifestado interesse da comunidade da região de Muriaé; a necessidade de formação de profissionais que atendam à demanda do setor produtivo da região apoiando a economia e buscando, em conjunto, o desenvolvimento socioeconômico, local e regional.

Campus Avançado de São João Del Rey

O Campus Avançado de São João Del Rey tem origem a partir da demanda da cidade de São João Del Rey e do empenho das autoridades em atender à necessidade de formação profissional local. Foi cedido o espaço físico de uma escola municipal e será acordado o aproveitamento, temporário, de pessoal técnico- administrativo do município para a implantação dos primeiros cursos. A demanda por Cursos Profissionalizantes na região tem se mostrado premente e o município pertence à mesorregião desse Instituto. Juntos esses campi compõem a nova ordenação institucional que exige pensar etapas, modalidades e níveis educacionais, em regime de colaboração, o que significa partilhar competências técnicas para execução de projetos educacionais, de forma a potencializar e fortalecer sua atuação, preservando- lhes a autonomia. O Plano de Desenvolvimento Institucional busca aprimorar e expandir a Educação Profissional e Tecnológica na região da Zona da Mata e Campo das Vertentes de Minas Gerais.

Campus Avançado de Santos Dumont

Visando atender às modificações e as exigências do mercado de trabalho, à evolução e progressivos investimentos no setor ferroviário, à toda cultura da cidade de Santos Dumont (MG) fortemente ligada com a ferrovia, à necessidade de se solidificar uma cultura educacional ferroviária levando em conta os desenvolvimentos tecnológicos deste setor no país e a possibilidade de recuperação do patrimônio histórico ferroviário, foi criado o Campus Avançado de Santos Dumont pela resolução 002 de 25 de fevereiro de 2010 do conselho superior do Instituto Federal Sudeste de Minas Gerais. A iniciativa é resultado de uma ampla discussão que começou em setembro do ano passado. Uma comissão formada por representantes da Secretaria Geral da Presidência da República, do Ministério da Educação, através da Setec, do Instituto Federal Sudeste de Minas Gerais, da Prefeitura Municipal de Santos Dumont, do Cemep (Centro Municipal de Educação Profissional de Santos Dumont), do IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), do DNIT (Departamento Nacional de Estrutura de Transportes), da SPU (Secretaria de Patrimônio da União), da Inventariança da Extinta Rede Ferroviária Federal e do Instituto de Belas Artes da Universidade Federal de Minas Gerais reuniram esforços para realizar o projeto.

O grupo de trabalho identificou e formalizou o objetivo desse Campus Avançado: contribuir para que a cidade de Santos Dumont esteja propícia a receber pessoas, empresas e organizações que a consolidem como referência no País, transformando-a em um centro nacional de educação e desenvolvimento de tecnologias para o setor ferroviário.

O Campus Avançado de Santos Dumont vai ocupar uma área de aproximadamente 30 mil metros quadrados e vai atuar na pesquisa, ensino e extensão e, além da parte educacional, o projeto prevê a instalação de uma Incubadora de Empresas focada no setor ferroviário e de um Centro de Preservação da Memória Ferroviária.

A implantação de um Campus Avançado do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais na Cidade de Santos Dumont irá oferecer oportunidade de acesso ao conhecimento tecnológico de modo a conduzir ao permanente desenvolvimento de aptidões relacionadas ao transporte ferroviário e áreas correlatas para a vida produtiva, buscando o comprometimento com as questões sociais e de desenvolvimento tecnológico do País através da capacitação de profissionais competentes e com versatilidade entre as áreas que compõe o setor industrial no ramo.

2.1.2 - Inserção Regional

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais, constituído pelos campi: Rio Pomba, Barbacena. Juiz de Fora, um campus novo a partir do plano de expansão II da Rede de Educação Profissional e Tecnológica – o de Muriaé – o Campus Avançado de São João Del Rey e o Campus Avançado de Santos Dumont, abrange duas mesorregiões do Estado de Minas Gerais: Zona da Mata e Campo das Vertentes, ambas de histórica importância para o Estado. A Zona da Mata ocupa a 2ª posição em densidade demográfica no Estado. Estrategicamente localizada, a região apresenta proximidade e facilidade de acesso aos principais mercados consumidores do País, como Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Vitória e São Paulo, fator que muito tem contribuído para se constituir no local eleito por muitos empresários para a instalação de indústrias.

O município de Juiz de Fora apresenta elevadas taxas de concentração econômica e inclusão social. Além disso, é onde se encontra instalada a UFJF, classificada em 2007 como a 3ª melhor universidade do Brasil, à qual se encontrava vinculado o Colégio Técnico Universitário (CTU). Rio Pomba, município com economia alicerçada no setor rural, vem passando por transformações socioeconômicas significativas, estendendo a sua estrutura produtiva para o setor industrial. A formação de mão-de-obra para atender a essas mudanças passa pelo antigo CEFET-Rio Pomba, estabelecimento de educação profissional ali instalado.

Embora muitos marcadores sociais e econômicos de desenvolvimento precisem ser melhorados, há que se considerar que a Zona da Mata mineira vem refletindo o dinamismo dos seus municípios nas áreas de comércio, transportes e educação superior.

A região do Campo das Vertentes configura-se como uma mesorregião igualmente privilegiada pela localização geográfica, tendo como mesorregiões limítrofes a Região Metropolitana de Belo Horizonte, Oeste de Minas, Sul de Minas e Zona da Mata. Dos municípios que a constituem ressalta-se os municípios de Lavras, Barbacena e São João Del Rey; os dois últimos, parte do circuito histórico da Estrada Real. O município de Lavras possui representatividade como Cidade para pesquisas rurais, sendo que ali está instalada a UFLA, referência em ensino agrônômico de graduação e pós-graduação. O município de São João Del Rey desponta como referência de tradição e turismo histórico, encontrando-se nele instalada outra respeitável instituição de ensino superior do País – a UFSJ. Barbacena, com uma economia baseada na produção agrícola e agropecuária, e no comércio, abriga uma vasta rede de estabelecimentos de ensino, nos seus mais diversos níveis: educação básica, educação superior, educação profissional, destacando-se neste último o trabalho desenvolvido pela antiga Escola Agrotécnica Federal de Barbacena.

Da mesma forma que a mesorregião da Zona da Mata, o Campo das Vertentes também precisa melhorar muitos dos seus marcadores sociais e econômicos de desenvolvimento e, para ambas, o caminho proposto é a intensificação das atividades ligadas ao ensino. Nesse aspecto é que a constituição do Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais se impõe com uma atuação que irá colaborar – e muito – para a dinamização, a diversificação, a otimização de oportunidades de ensino para a população das mesorregiões da Zona da Mata e Campo das Vertentes.

Na esteira dessa ação educacional que intenta ser a materialização do discurso de que a educação é um dever do Estado e um direito de todos, o Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais, por meio de um trabalho de educação profissional que conjugará ensino, pesquisa e extensão, possibilitará às duas mesorregiões condições de enfrentarem o desafio de gerar um desenvolvimento socioeconômico sustentável dentro dos padrões desejáveis.

2.1.3 - Áreas de Atuação

O Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais atuará nas áreas de Educação Profissional e Tecnológica nas modalidades e níveis, de acordo com demanda verificada:

- Formação inicial e continuada de trabalhadores, em parcerias com estados, municípios e instituições privadas;
- Ensino Técnico presencial e a distância;
 - a) Integrado
 - b) concomitante
 - c) subsequente
- PROEJA – Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na modalidade de Educação de Jovens e Adultos;
- Graduação – Tecnologia, Bacharelado e Licenciatura, presencial e/ ou à distância;
- Pós- Graduação Lato sensu e Stricto sensu, nas modalidades presencial e/ ou á distância;
- Programa Especial de Formação Pedagógica.

2.2. RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS DO INSTITUTO

O desenvolvimento socioeconômico sustentável depende diretamente da velocidade e da continuidade do processo de expansão educacional. Observam-se dois importantes aspectos, como de um lado, a expansão educacional aumenta a produtividade do trabalho, contribuindo para o crescimento econômico, o aumento de salários e a diminuição da pobreza; de outro, a expansão educacional promove maior igualdade e mobilidade social. Assim, pode-se observar que o crescimento econômico bem como a redução da desigualdade e da pobreza depende, essencialmente, da expansão da educação (BARROS, HENRIQUE e MENDONÇA; 2002).

O processo de desenvolvimento econômico brasileiro nas últimas décadas, no entanto, reforça as conseqüências da heterogeneidade educacional no país. Além disso, o país apresenta um atraso, em termos de educação, de cerca de uma década em relação a um país com padrão de desenvolvimento similar ao nosso. As disparidades econômicas e educacionais são ainda maiores dentro de determinadas regiões estatais. O estado de Minas Gerais, por exemplo, é considerado um dos mais importantes da federação, pois contribui significativamente para a formação da riqueza do país. Apesar disso, apresenta uma realidade bastante complexa com enormes diferenças regionais em seu território e elevado número de municípios pequenos e pobres.

As mesorregiões da Zona da Mata e do Campo das Vertentes, em expansão corrente, necessitam de mais incentivos na área de educação para que possam manter sua estrutura empresarial e rural de forma harmônica como vem fazendo. As regiões são consideradas tradicionais, estrategicamente localizadas e politicamente organizadas. Os setores de transporte, agroindustrial e químico, no estado de Minas Gerais, foram os que mais investiram em mudanças no padrão tecnológico e modelos de gestão, assim como no perfil profissional dos trabalhadores, no que se refere à necessidade de maior conhecimento, dadas a demanda por novas habilidades e competências. No entanto, se por um lado a comunidade escolar tem buscado trabalhar novas competências e habilidades demandadas, por outro as indústrias apontam deficiências em relação às habilidades específicas, habilidades cognitivas básicas e no campo comportamental, demonstrando a necessidade de estreitamento do vínculo entre a escola e o mundo do trabalho (SOARES et al., 1999).

Apesar de os equipamentos e tecnologia instalada não serem considerados gargalos para o desempenho operacional, a maioria das indústrias considera ser difícil o acesso às informações tecnológicas, principalmente no caso das empresas que foram implantadas mais recentemente. Na maioria dos casos, essas novas empresas buscam apoio junto às Instituições de Ensino e Pesquisa, consultores e, até mesmo, fornecedores de equipamentos para orientação tecnológica em processos

e desenvolvimento de novos produtos.

No entanto, as reiteradas manifestações de insatisfação quanto à eficiência dessa forma de atuação sugerem a necessidade de se desenvolverem mecanismos mais eficientes para o atendimento às demandas tecnológicas do segmento (FAEMG, 2007).

A criação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais surge como estratégia que, em sintonia com anseios da Zona da Mata e Campo das Vertentes, vai ampliar a oferta do ensino público de qualidade, respondendo com agilidade às demandas apresentadas pelos sujeitos, pela sociedade e pelo mundo do trabalho. Mas a mudança institucional deverá pautar-se, em bases realistas. Na mudança interna, pela busca de um novo padrão de eficiência, pela oferta de um novo padrão de relacionamentos e por nova abordagem do ambiente externo, em que, por meio de novos Cursos, novo programa de Extensão e novo programa de Pesquisas, o Instituto venha efetivamente colocar-se em consonância com os novos tempos e em condições de fecundas parcerias com suas congêneres e com o meio empresarial local, regional e nacional.

Referimo-nos à educação como forma de expansão econômica e social, porque entendemos que, por meio da educação, podem-se criar cidadãos dignos, futuros administradores públicos, futuros representantes do povo e também profissionais capacitados para ingressarem no competitivo mercado de trabalho.

2.3 - PRINCIPAIS PROGRAMAS E AÇÕES

2.3.1 – Objetivos, Metas e Ações

Objetivo estratégico é o que a Instituição quer alcançar, o que configura sua identidade, foco e compromisso para um período de tempo. Os objetivos estratégicos definem o perfil, a identidade e o que será a Instituição nos próximos anos.

Objetivo específico é a definição de como a Instituição detalhará o objetivo estratégico, para viabilizar o seu alcance. A ação é a operacionalização do objetivo específico. E metas são os resultados a serem alcançados, por vezes associadas ao tempo e à qualidade.

Objetivos estratégicos

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais, no cumprimento de sua missão, além de observar os ideais e fins da educação, previstos na Constituição Federal e na Lei nº 9.394/ 96 que fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional e suas regulamentações, propõe os seguintes objetivos estratégicos:

1. Consolidar e ampliar a Educação Profissional e Tecnológica nos diversos níveis e modalidades;
2. Fortalecer a pesquisa e o desenvolvimento tecnológico na Instituição;
3. Promover a inclusão social;
4. Fortalecer a relação com a sociedade local e regional, em sintonia com os Arranjos Produtivos Locais (APLs);
5. Fortalecer a relação entre os Campi;
6. Desenvolver a cultura empreendedora na Instituição, associada à inovação;
7. Promover o foco no meio ambiente e na responsabilidade social.

Objetivos Específicos, ações e metas Institucionais

A partir dos objetivos estratégicos, foram definidos os objetivos específicos, as ações e as metas institucionais conforme descritas a seguir:

Políticas da Instituição

As tabelas seguintes retratam as políticas da Instituição com seus objetivos, ações e metas, a partir dos eixos delimitados.

Tabela 01. Políticas de Ensino

Objetivos Específicos	Ações	Metas	Cronograma			
			2010	2011	2012	2013
Consolidar e ampliar a EPT nos diversos níveis e modalidades	Identificar e operacionalizar as formas alternativas de ingresso discente, em consonância com as políticas do MEC	Formas alternativas de ingresso discente identificadas e operacionalizadas	X	X	X	X
	Fortalecer os cursos existentes	Cursos existentes fortalecidos	X	X	X	X
Avaliar periodicamente os cursos	Construir instrumentos e indicadores para avaliação e adequação de currículos aos objetivos propostos	Instrumentos e indicadores desenvolvidos e aplicados	X	X	X	X
		Projetos pedagógicos dos cursos técnicos e superiores atualizados	X	X	X	X
Adequar os novos cursos e as matrizes daqueles já existentes às demandas sociais e dos Arranjos Produtivos Locais (APLs)	Criar cursos a partir de demanda identificada	Cf. tabela 01.2 e 01.3, criação de cursos a partir de demanda	X			
	Consolidar cursos de demanda identificada	Cursos de demandas identificados criados: 01.2 e 01.3	X			

Objetivos Específicos	Ações	Metas	Cronograma			
			2010	2011	2012	2013
	Identificar as demandas para a implantação de novos cursos	Fóruns articuladores dos diagnósticos e demandas realizados	X	X	X	X
	Inserir nos projetos de cursos as atividades de articulação do ensino com os APLs e com as demandas identificadas	Projetos de cursos ajustados	X	X	X	X
Implantar TECNEP	o Criar e consolidar condições referentes a recursos humanos	Espaço físico adequado e equipamentos específicos para atender ao público alvo, disponibilizado	X	X		
		Capacitação de pessoal para atender ao público alvo, em conjunto com o setor de Recursos Humanos	X	X	X	X
		Campanhas educativas para sensibilização de toda a comunidade acadêmica em relação a educação inclusiva realizada	X	X	X	X
Ofertar cursos a distância mediados pela tecnologia	Consolidar os cursos do EAD já existentes	Espaço físico adequado e equipamentos específicos para atender a essa modalidade de ensino, disponibilizados nos Campi e nos pólos	X	X		
	Viabilizar e estruturar o uso das novas tecnologias em informática	Professores e técnicos capacitados para essa modalidade	X	X		
	Ampliar a oferta de novos cursos e em novos pólos	Novos cursos novos pólos	X	X	X	X

Tabela 02. Políticas de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico

Objetivos Específicos	Ações	Metas	Cronograma			
			2010	2011	2012	2013
Promover a pesquisa básica e aplicada, com foco na inovação e no desenvolvimento local e regional	Fortalecer as linhas e projetos de pesquisa na Instituição	Diagnósticos da situação atual da pesquisa realizada	X	X		
		Demandas de infraestruturas identificadas	X	X		
		Linhas de pesquisas definidas	X	X	X	X
		Convênios e parcerias firmados	X	X	X	X
		Participação em editais ofertados pelos órgãos de fomento à pesquisa estabelecida	X	X	X	X
	Divulgar atividades de pesquisa	as de Revistas científicas, boletins, informativos com publicação impressa e eletrônica criados e distribuídos	X	X	X	X
Objetivos Específicos	Ações	Metas	Cronograma			
			2010	2011	2012	2013
		Incentivo a publicações em outros veículos de divulgação científica nacionais e internacionais, oferecido	X	X	X	X
		Fóruns de divulgação científica promovidos	X	X	X	X
	Fortalecer o desenvolvimento tecnológico	NIT – Núcleo de inovação tecnológica (atividades de registro de propriedade intelectual,	X	X	X	X

		transferência de tecnologia e proteção do conhecimento gerado) criado e consolidado				
		Incubadoras de empresa criadas e em operações	X	X	X	X
	Criar mecanismos de acompanhamento e articulação da pesquisa nos diferentes Campi	Fóruns articuladores de acompanhamento da pesquisa realizados	X	X	X	X
		Conselho de bioética criado	X	X		
Incentivar a pesquisa no processo formativo em diferentes áreas e níveis de ensino	Introduzir a pesquisa nos currículos, com diferentes níveis de formação	Projetos de cursos, equilibrando as ações de ensino, pesquisa e extensão, reestruturados	X	X	X	X
	Implementar programas de iniciação científica e iniciação científica Junior	Números de alunos, atendimentos por esses programas, ampliado	X	X	X	X
		Comunicação intensificada com órgãos de fomento de programas de iniciação científica	X	X	X	X
Estabelecer uma política institucional para pesquisa e desenvolvimento tecnológico	Criar normatização e programas de incentivo ao desenvolvimento de pesquisas articuladas de ensino	Regulamentos da atividade docente/pesquisador estabelecidos	X	X	X	X
		Editais de projetos e programas de Pesquisa, que contemplem os critérios da instituição, elaborados	X	X	X	X
	Implementar grupos de pesquisas interdisciplinar e interinstitucional cadastrados no CNPQ	Números de grupos cadastrados ampliado	X	X	X	X
		Subsídios aos grupos de pesquisas em sua regulamentação e infraestrutura oferecido	X	X	X	X

	Viabilizar o acesso ao Sistema Financeiro para o Instituto Federal SENG	Assinatura institucional de adesão ao Sistema Financiar realizada	X			
		Estímulo ao docente a consulta ao Sistema Financiar realizado	X	X	X	X

Tabela 03. Políticas de Extensão

Objetivos Específicos	Ações	Metas	Cronograma			
			2010	2011	2012	2013
Estabelecer política institucional para a extensão e interação com a comunidade	Criar normatização e programas de incentivo ao desenvolvimento de projetos de extensão articulados o com ensino	Regulamentos da atividade docente / extensionista estabelecidos	X	X	X	X
		Diagnóstico da situação atual da extensão realizado	X			
	Fortalecer as linhas e projetos de extensão na instituição	Convênios e parcerias firmados	X	X	X	X
		Participação em editais ofertados pelos órgãos de fomento à extensão estabelecida	X	X	X	X
	Implementar programas de extensão interdisciplinares e interinstitucionais	Editais de projetos programas de Extensão, que contemplem os critérios da Instituição, elaborados	X	X		
	Divulgar as atividades de extensão	Participação em feiras e exposições, boletins, informativos com publicação impressa e eletrônica criados e distribuídos	X	X	X	X
	Criar mecanismos de acompanhamento e articulação da extensão nos diferentes campi	Fóruns articuladores de acompanhamento da extensão realizados	X	X	X	X

Incentivar a extensão no processo formativo em diferentes áreas e níveis de ensino	Introduzir a extensão nos currículos, nos diferentes níveis de formação	Projetos de cursos equilibrando as ações de ensino, pesquisa e extensão reestruturados	X	X	X	X
	Implementar bolsas para os discentes em programas e projetos de extensão	Números de alunos atendidos por esses programas ampliado	X	X	X	X
Articular as atividades de extensão com o ensino e a pesquisa, em sintonia com os arranjos produtivos locais e regionais	Inserir os alunos em atividades de parceria com empresas e/ou APLs	Convênios e parcerias com empresas e/ou APLs firmados para desenvolvimento de projetos conjuntos	X	X	X	X
	Inserir os alunos em atividades com empresas incubadas	Convênios e parcerias firmados	X	X	X	X
	Estimular a criação e desenvolvimento de empresa juniores	Implantados projetos de assessoramento e prestação de serviço pelos alunos	X	X	X	X
Implantar a política de estágio no instituto	Regulamentar e operacionalizar os estágios e currículos e extracurriculares	Regulamento dos estágios aprovados	X	X	X	X
		Núcleo de acompanhamento dos estágios criado	X	X	X	X
	Favorecer a participação discente e docente em cursos de extensão	Oferta de vagas em cursos de extensão, para docente e discente, ampliada	X	X	X	X
	Analisar, aprovar e implementar projetos dos alunos nas áreas de comunicação, esportes, eventos e atividades culturais	Projetos dos alunos e dos docentes nas áreas de comunicação, esportes eventos e atividades culturais realizados	X	X	X	X
Objetivos Específicos	Ações	Metas	Cronograma 2010 2011 2012 2013			
Criar oportunidades de ações extencionistas internas e externas para os discentes e docentes	Ofertar cursos de extensão em diversas áreas à comunidade interna e externa	Ofertar cursos de extensão em diversas áreas à comunidade interna e externa	X	X	X	X

Desenvolver atividades para a promoção de inclusão social	Qualificar trabalhadores dos diversos setores da economia, a partir de demandas da região	Cursos de qualificação, nas áreas de domínio acadêmico do campus, ofertados	X	X	X	X
	Desenvolver programas de Treinamento Profissional e de assistência estudantil	Editais de chamadas para programas de Treinamentos Profissional e assistência a alunos carentes lançados	X	X	X	X

Tabela 04. Políticas de Inovações Pedagógicas

Objetivos Específicos	Ações	Metas	Cronograma			
			2010	2011	2012	2013
Buscar formas alternativas de ingresso nos cursos de graduação do Instituto	Oferecer cursos de nivelamento	Cursinhos populares pré-vestibular regulamentado e implementado	X	X	X	X
	Utilizar os resultados do ENEM como forma de ingresso em cursos de graduação	Resultados do ENEM aplicados no processo seletivo para cursos de graduação	X	X	X	X
Introduzir pesquisa aplicada na formação de cursos de graduação	Ajustar os projetos pedagógicos dos cursos	Projetos pedagógicos dos cursos ajustados	X	X	X	X
	Regulamentar o sistema de monitoria das bolsas	Sistema de monitoria e de bolsas regulamentada e em operação	X	X	X	X
Qualificar servidores do Instituto e outros para atuação na EPT	Oferecer Programas Especiais de Formação Pedagógica	Programas Especiais de Formação Pedagógica ofertados	X	X	X	X
Fortalecer a formação empreendedora comprometida com a inovação	Ajustar os projetos pedagógicos dos cursos	Projetos pedagógicos dos cursos ajustados	X	X	X	X
	Ampliar o quantitativo de empresas juniores no instituto	Número de empresas juniores no instituto ampliado	X	X	X	X
	Estimular a relação dos alunos com o NIT	Ações dos alunos, junto ao NIT, implementadas	X	X	X	X
Fortalecer e aprimorar o Serviço de Orientação Educacional(SOE)	Estimular a relação dos alunos com o SOE	Adequação do número de pedagogas ao número de alunos do Instituto	X	X	X	X

	Desenvolver Projetos de Formação crítica-reflexiva para a responsabilidade social	Ampliação do espaço físico do SOE	X	X	X	X
		Regulamentação das funções do SOE	X	X	X	X
Fortalecer, aprimorar e aperfeiçoar instrumentos de comunicação Institucional	Ampliar a estrutura de redes de comunicação de dados, voz e imagem	Instalação de uma emissora de rádio e TV educativa	X	X	X	X

Tabela 05. Políticas de Recursos Humanos

Objetivos Específicos	Ações	Metas	Cronograma			
			2010	2011	2012	2013
Ampliar o quadro de servidores docentes e técnicos administrativos em educação	Diagnosticar a situação atual do quadro de servidores, por nível	Projeto de diagnóstico da situação atual dos servidores, por nível, realizado	X	X	X	X
Objetivos Específicos	Ações	Metas	Cronograma			
			2010	2011	2012	2013
	Solicitar ao MEC aberturar de concursos públicos para contratação de pessoal	Projeto encaminhado ao MEC, para reposição gradativa das vagas	X	X	X	X
Capacitar os servidores	Diagnosticar as necessidades por capacitação	Diagnóstico de necessidade realizado	X	X	X	X
	Oferecer oportunidades de qualificação e incentivos aos servidores	Reserva de vagas para os servidores em cursos de pós-graduação, aplicada	X	X	X	X
	Planejar Programas de Capacitação Contínua para servidores	Parcerias com Instituições para oferecimentos de cursos realizada	X	X	X	X
		Cronograma permanente de capacitação definido	X	X	X	X

		Ferramenta para avaliar e validar a eficácia da capacitação, desenvolvida e aplicada.	X	X	X	X
		Avaliação periódica do Programa realizado	X	X	X	X
Contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos servidores	Reativar, expandir e sustentar Programas de incentivos à qualidade de vida dos servidores	Diagnóstico das expectativas dos servidores realizado	X	X	X	X
		Planejamento da reativação e expansão de Programas que viabilizem ações para a qualidade de vida dos servidores	X	X	X	X
		Parcerias definidas e implementadas	X	X	X	X
	Implantar plano de saúde	Plano de saúde implementado	X			
	Implantar a CIPA	CIPA implantada	X	X	X	X
Objetivos Específicos	Ações	Metas	Cronograma 2010 2011 2012 2013			
	Implantar uma equipe multidisciplinar de atendimento à saúde do servidor: médicos, enfermeiros, psicólogos, assistentes sociais, profissionais da área de Segurança no trabalho	Equipe multidisciplinar implantada	X	X	X	X
Estabelecer o processo de avaliação de servidores	Definir e implementar a metodologia(critérios,instrumentos) de avaliação	Critérios e instrumentos de avaliação definidos	X	X	X	X
		Metodologia de avaliação de servidores implementada	X	X	X	X

Tabela 06. Políticas de Gestão Integrada

Objetivos Específicos	Ações	Metas	Cronograma			
			2010	2011	2012	2013
Estabelecer o estatuto e o PDI do Instituto	Desenvolver, divulgar e aprovar o Estatuto e o PDI	Comissão especial para o estatuto e PDI criada				
		Versão final do Estatuto e PDI propostos pela comissão apresentada				
		Proposta de Estatuto e PDI da Comissão divulgada no site, até 24 horas após sua apresentação				
Objetivos Específicos	Ações	Metas	Cronograma			
			2010	2011	2012	2013
		Audiência Pública sobre a proposta de Estatuto e PDI da comissão realizada				
		Estatuto e PDI do Instituto aprovado e enviando ao MEC				
		Comissão especial para o PPI criada				
Estabelecer o Projeto Pedagógico Institucional (PPI) articulado com o PD	Desenvolver, divulgar e aprovar o PPI	Versão final do PPI proposto pela comissão apresentada				
		Proposta de PPI da Comissão divulgada no site, até 24 horas após sua apresentação				
		Audiência Pública sobre a proposta de PPI de Comissão realizada				
		PPI do Instituto aprovado e enviado ao MEC				
Recuperar, racionalizar e adequar a estrutura física	Otimizar o aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros do Instituto	Levantamento patrimonial, quantitativo e qualitativo realizado e publicizado	X	X		

x		Relação ou lista (quantitativa e qualitativa) otimizando no setor em que os equipamentos estiverem alocados, mantida	X	X	X	X
		Planilha de controle para reposição de materias e equipamentos em cada setor atualizada	X	X	X	X
		Cartilha de Orientação sobre os gastos e aplicações dos recursos dentro da instituição elaborada e divulgada	X	X	X	X
		Aplicação mensal dos recursos da Instituição divulgada de forma detalhada	X	X	X	X
		Reintegrar ao campus Barbacena a área ocupada pela UNIPAC (Universidade Presidente Antonio Carlos)	X	X		
Implantar e sustentar uma gestão participativa e democrática	Dar transparência e acesso às informações relevantes para a tomada de decisão	Comunicação interna fortalecida, a partir de cartilhas, incentivos de acesso ao site institucional, mural, intranet, ferramenta de comunicação online simultânea, ou VOIP	X	X	X	X
		Programa de marketing e comunicação efetivado	X	X	X	X
	Fortalecer os órgãos colegiados	Metodologia eficaz para um processo de decisão colegiada, desenvolvida	X	X	X	X

Objetivos Específicos	Ações	Metas	Cronograma			
			2010	2011	2012	2013
Gerir a escola pela orientação do ciclo administrativo PODC(Planejamento, Organização, Direção e controle	Atualizar métodos e procedimentos, aperfeiçoando controles e relatórios destinados a subsidiar o planejamento e a avaliação institucional	Métodos e procedimentos atualizados	X	X	X	X
	Elaborar a primeira etapa do PODC, por setor e agrupar para elaboração de proposta final	Primeira etapa do PODC realizada	X	X	X	X
		Primeira etapa do PODC implantada e gestão pelo ciclo efetivado	X	X	X	X
Implantar a Agenda Ambiental da Administração Pública	Desenvolver Programa para a Agenda Ambiental da Administração Pública	Programa implantado	X	X	X	X

FONTE: PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

Políticas de Infraestrutura

A infraestrutura da Reitoria e dos campi deverá ser continuamente ampliada e adequada às novas necessidades, originadas a partir das ações e programas acadêmicos relacionadas ao processo de formação profissional de modo global, devendo garantir a constituição de um ambiente compatível, flexível e seguro para o desenvolvimento das diversas atividades.

Neste sentido, cabe ressaltar a adequação dos diversos ambientes, voltados para atividades de ensino, pesquisa e extensão, além daquelas de caráter administrativo ou de assistência social. Deverá também suprir as condições para a constituição das organizações estudantis, provendo-lhes as condições materiais necessárias.

Deverão ser constituídas nos campi comissão e/ou equipes profissionalmente qualificadas nas áreas de engenharia e segurança do trabalho para compor a Comissão Interna de Prevenção de Acidentes – CIPA, elaborar e acompanhar projetos, estabelecer planos de ocupação código de obras próprio, considerando normas e legislação pertinentes, bem como a manutenção e regularização do patrimônio físico, resguardando os princípios de segurança e acessibilidade em todos os elementos arquitetônicos e urbanísticos que os compõem. Para tanto, é preciso desenvolver proposta e arquitetura e soluções de engenharia que contemplem, sobre tudo a qualidade de projetos considerando as necessidades relacionadas a humanização e adequação pedagógica do ambiente educacional, requerimentos técnicos específicos de cada área, garantia do conforto, da segurança e durabilidade das estruturas, haja vista a limitação de recursos financeiros.

Deste modo, o ambiente acadêmico deve buscar prover as condições a todas as atividades relacionadas ao processo educacional e a necessária interação com a sociedade.

2.3.2. Estratégias De Atuação Frente As Responsabilidades Institucionais

Com a Lei 11892/2008 que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e cria os Institutos Federais de Educação, Ciências e Tecnologia, a otimização de uma nova dinâmica na gestão dessas escolas foi o nosso maior desafio. As ações de nível estratégico se concentraram na Reitoria, que passou a ser o órgão de representação dos Campi junto aos órgãos superiores. Porém, com a falta de Estrutura Física e de Recursos Humanos, foram vários os obstáculos encontrados, principalmente no primeiro ano de gestão. Os campi, também tiveram dificuldades em se adaptar ao novo modelo de gestão, principalmente em função de um pouco da perda de autonomia financeira e pedagógica com essa nova constitucionalidade. Foi preciso várias ações e estratégias para se começar a trabalhar por metas do Instituto como um todo, e não como campus isolado. Porém esta busca pelo processo de melhoria da Gestão do Instituto é constante e ainda há muito que se melhorar, pois mesmo com o apoio do Governo Federal, que investiu de forma constante nos Institutos, com contratação de novos servidores administrativos e docentes, os Campi do Instituto, em função de sua expressiva expansão no caso dos mais novos e de reestruturação dos mais antigos, ainda enfrentam grandes dificuldades operacionais pela falta de mão-de-obra e recursos, principalmente nos mais antigos, como o ex-CTU, ligado a UFJF, que foi integrado ao Instituto com poucos professores e técnicos administrativos e alta demanda por novos cursos. Esse aumento de novos cursos, superiores e técnicos e aumento no número de alunos, fez com que nossa infra-estrutura passasse a desejar, com falta inclusive de salas de aulas e laboratórios, mesmo com investimentos do governo nessas obras.

Cabe ressaltar que apesar das dificuldades, não foram adotadas nenhuma medida contrária as normas e regras da administração nesses dois anos como Instituto Federal.

Por outro lado não podemos negar os avanços na Educação Tecnológica dos últimos 8 anos, com aumento de discentes, democratização do acesso, construção de novos campi em locais onde nunca existiu escola federal e um maior apoio a Rede Federal de Educação Tecnológica.

2.4. PROGRAMAS DE GOVERNO SOB A RESPONSABILIDADE DA UNIDADE

QUADRO A.2.2 – Execução Física das Ações Realizadas pela Unidade Jurisdicionada

Função	Sub-função	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta Prevista	Meta Realizada	Meta a ser Realizada em 2011
09	272	0089	0181	OP	3	UNIDADE	356	178	407
12	122	1062	09HB	OP	3	UNIDADE	-	-	766
12	128	1067	4572	A	3	UNIDADE	85	483	118
12	301	0750	20CW	A	3	SERVIDOR BENEFICIADO	290	-	766
12	301	0750	2004	A	3	PESSOA BENEFICIADA	1327	1347	1000
12	306	0750	2012	A	3	SERVIDOR BENEFICIADO	497	803	766
12	331	0750	2011	A	3	SERVIDOR BENEFICIADO	75	215	300
12	363	1062	1H10	P	3	UNIDADE DE ENSINO IMPLANTADA	4	4	0
12	363	1062	2992	A	3	ALUNO MATRICULADO	5570	6914	6967
12	363	1062	2994	A	3	ALUNO ASSISTIDO	1995	2198	4176
12	363	1062	6301	A	3	VOLUME DISPONIBILIZADO	2600	606	13850
12	363	1062	6358	A	3	PESSOA CAPACITADA	75	129	111
12	363	1062	8650	A	3	UNIDADE REESTRUTURADA	4	4	6
12	365	0750	2010	A	3	CRIANÇA ATENDIDA	118	115	150
28	846	0901	00G5	OP	3	-	-	-	-
28	846	0901	0005	OP	3	-	-	-	85

FONTE: SIAFI

Análise Crítica: Basicamente todas as metas previstas foram realizadas para o ano de 2010, alcançando os objetivos traçadas pelo Gestor. Não foram evidenciados problemas na execução das ações que impactassem de forma negativa as metas previstas. As metas realizadas, também numa análise geral, não superaram de forma significativa as metas estabelecidas e não houve nenhum impacto significativo na execução física das ações realizadas pela UJ.

2.5 GESTÃO ORÇAMENTÁRIA/FINANCEIRA

2.5.1 Programação Orçamentária Da Despesa

QUADRO A.2.3 – IDENTIFICAÇÃO DAS UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UG
Instituto Federal Sudeste de Minas Gerais – Reitoria	26411	158123
Instituto Federal Sudeste de Minas Gerais – Campus Rio Pomba	26411	158412
Instituto Federal Sudeste de Minas Gerais – Campus Barbacena	26411	158413
Instituto Federal Sudeste de Minas Gerais – Campus Juiz de Fora	26411	158414
Instituto Federal Sudeste de Minas Gerais – Campus Muriaé	26411	158415

FONTE: SIAFI

Quadro A.2.4 - Programação de Despesas Correntes

Origem dos Créditos Orçamentários			Grupos de Despesas Correntes					
			1 - Pessoal e Encargos Sociais		2 - Juros e Encargos da Dívida		3 - Outras Despesas Correntes	
			Exercícios		Exercícios		Exercícios	
			2009	2010	2009	2010	2009	2010
LOA	Dotação Proposta pela UO		31.638.157,00	43.080.487,00	-	-	8.716.817,00	17.973.117,00
	PLOA		31.638.157,00	43.080.487,00	-	-	8.716.817,00	17.973.117,00
	LOA		31.638.157,00	43.080.487,00	-	-	8.716.817,00	17.973.117,00
CRÉDITOS	Suplementares		13.660.746,00	26.781.027,00	-	-	1.146.245,00	4.511.747,00
	Especiais	Abertos			-	-	7.460,00	
		Reabertos			-	-		
	Extraordinários	Abertos			-	-		
		Reabertos			-	-		
	Créditos Cancelados		-7.697,00	-2.093,00	-	-	-1,00	
Outras Operações					-	-		
Total			45.291.206,00	69.859.421,00	-	-	9.870.521,00	22.484.864,00

FONTE: SIAFI GERENCIAL

Quadro A 2.5 - Programação de Despesas de Capital

Origem dos Créditos Orçamentários			Grupos de Despesas de Capital					
			4 - Investimentos		5 - Inversões Financeiras		6 - Amortização da Dívida	
			Exercícios		Exercícios		Exercícios	
			2009	2010	2009	2010	2009	2010
LOA	Dotação Proposta pela UO		1.009.000,00	8.220.074,00	-	-	-	-
	PLOA		1.009.000,00	8.220.074,00	-	-	-	-
	LOA		1.009.000,00	8.220.074,00	-	-	-	-
CRÉDITOS	Suplementares				-	-	-	-
	Especiais	Abertos			-	-	-	-
		Reabertos			-	-	-	-
	Extraordinários	Abertos			-	-	-	-
		Reabertos			-	-	-	-
	Créditos Cancelados		-60.000,00		-	-	-	-
Outras Operações					-	-	-	-
Total			949.000,00	8.220.074,00	-	-	-	-

FONTE: SIAFI GERENCIAL

Quadro A.2.6 – Resumo da Programação de Despesas

Origem dos Créditos Orçamentários			Despesas Correntes		Despesas de Capital		9 - Reserva de Contingência	
			Exercícios		Exercícios		Exercícios	
			2009	2010	2009	2010	2009	2010
LOA	Dotação Proposta pela UO		40.354.974,00	61.053.604,00	1.009.000,00	8.220.074,00		
	PLOA		40.354.974,00	61.053.604,00	1.009.000,00	8.220.074,00		
	LOA		40.354.974,00	61.053.604,00	1.009.000,00	8.220.074,00		
CRÉDITOS	Suplementares		14.806.991,00	31.292.774,00				
	Especiais	Abertos	7.460,00					
		Reabertos						
	Extraordinários	Abertos						
		Reabertos						
	Créditos Cancelados		(7.698,00)	(2.093,00)	(60.000,00)			
Outras Operações								
Total			55.161.727,00	92.344.285,00	949.000,00	8.220.074,00		

FONTE: SIAFI GERENCIAL

Análise Crítica: A programação Orçamentária para o ano de 2010 seguiu rigorosamente a programação inicial prevista na Lei Orçamentária Anual, sem alterações de valores ou contingenciamentos. Os valores liberados para o ano de 2010 tiveram um aumento percentual considerável em termos de Matriz Orçamentária em comparação ao ano de 2009. Porém, se formos considerar o aumento do número de campus do Instituto e a necessidade de expansão dos campi novos e reestruturação dos antigos, estes valores ainda seriam insuficientes para atender a essa demanda crescente do Instituto Federal, tendo em vista a criação de vários novos cursos, com o aumento do número de alunos e a necessidade de novos laboratórios, salas de aula, entre outros.

Os créditos cancelados foram em valores ínfimos e que não afetaram os processos de gestão orçamentária da UJ.

2.5.2 - Execução Orçamentária Das Despesas

2.5.2.1 Execução Orçamentária Dos Créditos Originários Da UJ

Quadro A 2.8 Despesas Por Modalidade de Contratação dos Créditos Originários da UJ

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa Paga	
	2009	2010	2009	2010
Modalidade de Licitação				
Convite	91.545,03	74.776,56	91.545,03	74.776,56
Tomada de Preços	33.723,41	288.260,60	33.723,41	288.260,60
Concorrência	4.735.303,34	2.494.924,12	4.735.303,34	2.494.924,12
Pregão	4.051.890,74	8.997.710,40	4.051.890,74	8.954.813,75
Concurso				
Consulta				
Registro de Preços				
Contratações Diretas				
Dispensa	1.543.721,43	2.004.633,48	1.543.721,43	1.999.846,30
Inexigibilidade	261.186,73	394.975,07	261.186,73	394.975,07
Regime de Execução Especial				
Suprimento de Fundos	16.586,88	27.915,47	16.586,88	27.915,47
Pagamento de Pessoal				
Pagamento em Folha	45.281.121,27	72.956.808,68	45.281.121,27	72.956.808,68
Diárias	593.034,16	866.325,68	593.034,16	866.325,68
Outros	856.981,98	1.440.737,42	856.981,98	1.440.737,42

FONTE: SIAFI GERENCIAL

Quadro A 2.9 Despesas Correntes por Grupo de Elemento de Despesa dos Créditos Originários da UJ

Grupo de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
1 - Despesas de Pessoal								
1º elemento de despesa (11)	21.956.081,93	39.551.792,99	21.956.081,93	39.551.792,99			21.956.081,93	39.551.792,99
2º elemento de despesa (01)	9.276.877,43	10.465.001,40	9.276.877,43	10.465.001,40			9.276.877,43	10.465.001,40
3º elemento de despesa (13)	4.517.028,97	8.308.369,17	4.517.028,97	8.308.369,17			4.517.028,97	8.308.369,17
Demais elementos do grupo	8.571.710,81	10.614.771,77	8.571.710,81	10.614.771,77			8.571.710,81	10.614.771,77
2 - Juros e Encargos da Dívida								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
3 - Outras Despesas Correntes								
1º elemento de despesa (39)	2.163.374,24	4.714.222,09	1.939.604,36	3.556.107,44	223.769,88	1.158.114,65	1.917.843,66	3.544.901,55
2º elemento de despesa (37)	1.845.367,47	4.708.403,73	1.833.529,40	3.824.347,97	11.838,07	884.055,76	1.833.529,40	3.821.226,62
3º elemento de despesa (30)	2.287.916,63	4.183.016,96	1.705.716,94	2.728.518,42	582.199,69	1.454.498,54	1.680.173,69	2.705.060,25
Demais elementos do grupo	2.669.076,97	6.540.633,71	1.097.913,52	6.450.097,92	154.426,66	90.535,79	2.514.510,31	6.449.238,20

FONTE: SIAFI GERENCIAL

Quadro A 2.10 Despesas de Capital por Grupo de Elemento de Despesa dos Créditos Originários da UJ

Grupo de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
4 - Investimentos								
1º elemento de despesa (51)	4.671.910,62	5.511.048,72	4.547.910,62	2.783.184,72		2.727.864,00	4.547.910,62	2.783.184,72
2º elemento de despesa (52)	6.633.775,79	2.686.919,88	6.159.750,77	1.258.075,68		1.428.844,20	6.303.161,65	1.249.036,98
3º elemento de despesa (39)		20.400,00		6.800,00		13.600,00		6.800,00
Demais elementos do grupo								
5 - Inversões Financeiras								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
6 - Amortização da Dívida								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								

FONTE: SIAFI GERENCIAL

Análise Crítica: Não aconteceram alterações impactantes na Programação Orçamentária da UJ, bem como nos montantes despendidos por grupo e elemento de despesa, uma vez que ela é proporcional ao montante de recursos liberados a cada ano, bem como ao seu grupo de despesas.

Também não ocorreram contingenciamento significativo de créditos orçamentários e despesas financeiras no exercício, não causando portanto conseqüências sobre os resultados planejados.

Alguns eventos prejudicaram um pouco o planejamento, como por exemplo, pouca mão de obra disponível e liberação de recursos muito em cima do fechamento do prazo de empenho, dificultando um pouco o planejamento dos processos de aquisição de materiais e serviços.

2.5.2.2 Execução Orçamentária De Créditos Recebidos Pela UG Por Movimentação

Quadro A.2.11 – Despesas por Modalidade de Contratação dos Créditos Recebidos por Movimentação

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa Paga	
	2009	2010	2009	2010
Modalidade de Licitação				
Convite	1.290,00	-		-
Tomada de Preços		-		-
Concorrência	1.710.112,85	325.253,82		325.253,82
Pregão	2.266.614,12	955.755,77		883.944,43
Concurso		-		-
Consulta		-		-
Contratações Diretas				
Dispensa	354.934,27	63.313,81		62.748,88
Inexigibilidade	62.553,04	6.709,20		6.709,20
Regime de Execução Especial				
Suprimento de Fundos		-		
Pagamento de Pessoal				
Pagamento em Folha		-		
Diárias	247.112,62	304.239,30		304.239,30
Outros	843.822,94	591.938,25		575.538,25

FONTE: SIAFI GERENCIAL

Quadro A.2.12 – Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação.

Grupo de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
1 - Despesas de Pessoal								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
2 - Juros e Encargos da Dívida								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
3 - Outras Despesas Correntes								
1º elemento de despesa (39)	1.842.049,20	616.881,49	512.857,65	326.841,41	1.329.191,55	290.040,08	495.671,66	326.385,47
2º elemento de despesa (18)	112.332,10	401.350,00	104.632,10	395.050,00	7.700,00	6.300,00	104.632,10	378.650,00
3º elemento de despesa (36)	307.493,64	223.101,30	139.469,86	190.578,20	168.023,78	32.523,10	138.165,86	190.578,20
Demais elementos do grupo	2.408.970,31	824.480,48	1.124.645,85	496.371,11	1.284.324,46	328.109,37	1.111.818,41	427.641,77

FONTE: SIAFI GERENCIAL

Quadro A.2.13 – Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação

Grupo de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
4 - Investimentos								
1º elemento de despesa (51)		2.603.852,51		325.253,82		2.278.598,69		325.253,82
2º elemento de despesa (52)		1.690.727,53		513.115,61		1.177.611,92		509.924,62
3º elemento de despesa		-		-		-		-
Demais elementos do grupo		-		-		-		-
5 - Inversões Financeiras								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
6 - Amortização da Dívida								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								

FONTE: SIAFI GERENCIAL

Análise Crítica: Não aconteceram alterações impactantes na Programação Orçamentária da UJ, bem como nos montantes despendidos por grupo e elemento de despesa, uma vez que ela é proporcional ao montante de recursos liberados a cada ano, bem como ao seu grupo de despesas.

Também não ocorreram contingenciamento significativo de créditos orçamentários e despesas financeiras no exercício, não causando portanto conseqüências sobre os resultados planejados.

Alguns eventos prejudicaram um pouco o planejamento, como por exemplo, pouca mão de obra disponível e liberação de recursos muito em cima do fechamento do prazo de empenho, dificultando um pouco o planejamento dos processos de aquisição de materiais e serviços.

2.6. INDICADORES INSTITUCIONAIS

Apresentamos a seguir a metodologia de cálculo e os indicadores Institucionais do Instituto Federal Sudeste de Minas Gerais conforme determinados no Acórdão 2.267/2005 do Tribunal de Contas da União para o exercício de 2009 e 2010. Salientamos que não será possível fazer uma análise mais criteriosa da evolução dos dados em função de não se haver uma série histórica longa do Instituto, uma vez que o mesmo foi criado pela Lei 11.892 de 28 de Dezembro de 2008, havendo portanto somente dois anos de existência do mesmo.

2.6.1. MÉTODOS DE CÁLCULO PARA OS INDICADORES DE GESTÃO DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA – EPT DETERMINADOS NO ACÓRDÃO 2.267/2005- TCU E INDICADORES DO INSTITUTO

Indicadores Acadêmicos:

1. Relação Candidato/ Vaga

OBJETIVO: Identificar a relação candidato/ vaga.

DEFINIÇÕES: Inscrições: número de inscrições para vestibular e processos seletivos.

Vagas ofertadas: número de vagas ofertadas em Editais de

Oferta de Vagas.

MÉTODO DE CÁLCULO:

Relação candidato/ vaga $\frac{\text{Inscrições}}{\text{Vagas}}$

2. Relação de Ingressos/ Alunos

OBJETIVO: Quantificar a taxa de ingressos em relação ao total de alunos.

DEFINIÇÕES: O número de alunos em cada ano corresponde ao total de matrículas no mesmo ano (matrículas do período anterior + ingressos + matrículas reativadas)

Ingressos: número de ingressos por meio de vestibular, processos seletivos e outras formas de ingresso.

MÉTODO DE CÁLCULO:

Relação: $\frac{\text{Número de ingressos}}{\text{Alunos matriculados}} \times 100$

3. Relação de Concluintes/ Alunos

OBJETIVO: Quantificar a taxa de concluintes em relação ao total de alunos.

DEFINIÇÕES: O número de alunos em cada ano corresponde ao total de matrículas no mesmo ano.

Concluinte é o aluno que integralizou os créditos, está apto a colar grau.

MÉTODO DE CÁLCULO:

Relação: $\frac{\text{Número de concluintes}(\text{manhã, tarde, noite, integral, total})}{\text{Alunos matriculados}} \times 100$

4. Índice de Eficiência Acadêmica – concluintes

OBJETIVO: Quantificar a eficiência das Instituições

DEFINIÇÕES: Concluinte é o aluno que integralizou os créditos, está apto a colar grau.

Ingressos = número de ingressos por meio de vestibular, processos seletivos e outras formas de ingresso.

MÉTODO DE CÁLCULO:

Índice: $\frac{\sum \text{n}^\circ \text{ de concluintes}}{\sum \text{n}^\circ \text{ de ingressos por período equivalente}} \times 100$

Contam-se os ingressos verificados na mesma instituição, considerando-se o período equivalente como a quantidade de períodos para integralização da carga horária letiva do curso (inseridos no cadarço do curso).

Por exemplo: para um curso de periodicidade semestral com integralização de dois semestres em 2005 terá os concluintes do 1º e 2º semestre de 2005 e ingressos do 1º semestre de 2005 e 2º semestre de 2004.

Outro exemplo: para se calcular o índice de eficácia no ano de 2003, considerando-se os seguintes períodos para integralização da carga horária letiva dos cursos de periodicidade anual. Graduação: 05 anos. Licenciatura: 04 anos. Cursos de Tecnologia: 03 anos. Ensino Médio: 03 anos e Ensino Técnico: 02 anos, divide-se o somatório do número de concluintes em 2003 pelo somatório do número de ingressos na Graduação em 1998, na Licenciatura em 1999, nos Cursos de Tecnologia em 2000, no Ensino Médio em 2000 e no nível Técnico em 2001.

5. Índice de Retenção do Fluxo Escolar

OBJETIVO: Quantificar a taxa de retenção do fluxo escolar em relação ao total de alunos.

DEFINIÇÕES: O número de alunos em cada ano corresponde ao total de matrículas no mesmo ano.

Retenção escolar refere-se à sua divisão, reprovação e trancamento.

MÉTODO DE CÁLCULO:

$$\text{Índice: } \frac{\text{Número de Alunos Retidos (Reprovação + Trancamento)}}{\text{Alunos Matriculados}} \times 100$$

6. Relação Alunos/ Docente em Tempo Integralização

OBJETIVO: Quantificar o número de alunos por docentes em tempo integral.

DEFINIÇÕES: O número de alunos em cada ano corresponde ao total de matrículas no mesmo ano.

O docente em tempo integral (efetivo e em contrato temporário) presta atividades acadêmicas, exclusivamente em sala de aula, equivalente ao regime de trabalho de 40 horas semanais (quantidade em 20h multiplica-se por 0,5 e quantidade em 40h. e DE multiplica-se por 1)

MÉTODO DE CÁLCULO

$$\text{Relação: } \frac{\text{Número de Alunos Matriculados}}{\text{Número de Docentes}}$$

7. Índice de Titulação do Corpo Docente

OBJETIVO: Quantificar o Índice de Titulação do Corpo Docente: Efetivo e Substitutos.

DEFINIÇÕES: A titulação do corpo docente é dividida em cinco subgrupos: Graduado, Aperfeiçoado, Especialista, Mestre e Doutor.

MÉTODO DE CÁLCULO:

$$\text{Índice: } \frac{G*1 + A*2 + E*3 + M*4 + D*5}{G + A + E + M + D}$$

Onde G= qtde. Docentes graduados, A= qtde. Docente aperfeiçoados, E= qtde docentes especialistas, M= qtde docentes mestres, D= qtde docentes doutores.

Indicadores Administrativos:

8. Gastos Correntes por Aluno

OBJETIVO: Quantificar os gastos por aluno, por região e para o País.

DEFINIÇÕES: Consideram-se todos os gastos, exceto investimento, capital, precatórios, Inativos e Pensionistas.

O número de alunos em cada ano corresponde ao total de matrículas no mesmo ano.

MÉTODO DE CÁLCULO:

Divisão do total de gastos acima definido pelo número de matrículas do mesmo ano.

$$\text{Gastos correntes por aluno} = \frac{\text{Total de gastos}}{\text{Alunos matriculados}}$$

Onde Total de gastos = total de gastos - investimentos - precatórios - inativos/pensionistas

9. Percentual de Gastos com Pessoal

OBJETIVO: Quantificar o gasto com pessoal em relação aos gastos totais.

DEFINIÇÕES: GASTO COM PESSOAL - Gasto com servidores ativos, inativos, pensionistas, sentenças judiciais e precatórios.

GASTOS TOTAIS – gastos totais de todas as fontes e todos os grupos de despesa.

MÉTODO DE CÁLCULO:

$$\text{Percentual de gastos com pessoal} = \frac{\text{Total de gastos com pessoal}}{\text{Gastos TOTAIS}} \times 100$$

10. Percentual de Gastos com Outros Custeios (exclusive benefícios)

OBJETIVO: Quantificar o percentual de gasto com Outros Custeios em relação aos gastos totais.

(DEFINIÇÕES: GASTOS COM OUTROS CUSTEIOS (gastos totais de OCC) menos (-) benefícios e PASEP, investimentos e inversões financeiras)

GASTOS TOTAIS: gastos totais de todas as fontes e todos os grupos de despesa.

MÉTODO DE CÁLCULO:

$$\text{Percentual de Gastos com Outros Custeios (exclusive benefícios)} = \frac{\text{Total de Gastos com Outros Custeios}}{\text{Gastos Totais}} \times 100$$

Onde Total de Gastos com Outros Custeios = Total de gastos com outras despesas correntes - (Assistência pré- escolar + Auxílio Transporte + Auxílio Alimentação)

11. Percentual de Gastos com Investimentos (em relação aos gastos totais)

OBJETIVO: Quantificar o percentual dos gastos em Investimentos e Inversões Financeiras em relação aos gastos totais.

DEFINIÇÕES: INVESTIMENTOS= Despesa destinada ao planejamento e execução de obras, inclusive as destinadas à adequação de móveis considerados necessários à realização de obras, bem como a programas especiais de trabalho, aquisição de instalações, equipamentos e material permanente e constituição ou aumento de capital de empresas que não sejam de caráter comercial ou financeiro.

INVERSÕES FINANCEIRAS= Despesa com aquisição de móveis ou bens de capital já em utilização e também a aquisição de títulos representativos do capital de empresas ou entidades de qualquer espécie, já constituídas, quando a operação não importe aumento de capital e com a constituição ou aumento do capital de entidades ou empresas que visem a objetivos comerciais ou financeiros, inclusive operações bancárias ou de seguros.

GASTOS TOTAIS= Gastos totais de todas as fontes e todos os grupos de despesa.

MÉTODO DE CÁLCULO:

Percentual de Gastos com Investimentos (em relação aos gastos totais)=

$$\frac{\text{Total de gastos com despesas de Investimentos e Inversões Financeiras}}{\text{Gastos Totais}}$$

12. Número de Alunos Matriculados Classificados de Acordo com a Renda Per Capita Familiar (determinação do TCU)

OBJETIVO: Auferir o grau de inclusão social da política governamental por meio do perfil socioeconômico de ingressantes e concluintes e de concluintes nas Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica.

DEFINIÇÕES: não há.

MÉTODO DE CÁLCULO:

Não definido.

Instituto Federal Sudeste de Minas Gerais

Cálculo para os Indicadores de Gestão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica – EPT determinados no Acórdão 2.267/2005-TCU - Exercício 2009

1 - Relação candidato/vaga		
Vagas	Inscritos	Resultado
1647	4842	2,94
2. Relação de Ingressos/Alunos		
Numero de ingressos	Número de matriculados	Resultado
1354	3512	38,55
3. Relação de Concluintes/Alunos		
Total de Concluintes	Número de matriculados	Resultado
650	3512	18,51
4. Índice de Eficiência Acadêmica – Concluintes		
Total de Concluintes	Ingressos	Resultado
650	1534	42,37
5. Índice de Retenção do Fluxo Escolar		
Alunos retidos	Número de matriculados	Resultado
484	3512	13,78
6. Relação Alunos/Docente em Tempo Integral		
Número de matriculados	Docentes	Resultado
3512	164	21,41
7. Índice de Titulação do Corpo Docente		
		Resultado
		3,08
8. Gastos Correntes por Aluno		
Total de Gastos	Número de matriculados	Resultado
R\$ 65.600.509,12	3512	R\$ 18.678,96
9. Percentual de Gastos com Pessoal		
Gastos com Pessoal	Total de Gastos	Resultado
R\$ 42.362.126,70	R\$ 65.600.509,12	64,58%
10. Percentual de Gastos com outros Custeios (exclusive benefício)		
Gastos com Outros Custeios	Total de Gastos	Resultado
R\$ 12.564.444,44	R\$ 65.600.509,12	19,15%
11. Percentual de gastos com Investimentos (em relação aos gastos totais)		
Gastos com Investimentos	Total de Gastos	Resultado
R\$ 12.552.181,10	R\$ 65.600.509,12	19,13%

Métodos de Cálculo para os Indicadores de Gestão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica – EPT determinados no Acórdão 2.267/2005-TCU - Exercício 2010

1 - Relação candidato/vaga		
Vagas	Inscritos	Resultado
3961	16305	4,12
2. Relação de Ingressos/Alunos		
Numero de ingressos	Número de matriculados	Resultado
2971	5799	51,23
3. Relação de Concluintes/Alunos		
Total de Concluintes	Número de matriculados	Resultado
1566	7231	21,66
4. Índice de Eficiência Acadêmica – Concluintes		
Total de Concluintes	Ingressos	Resultado
1566	2720	57,57
5. Índice de Retenção do Fluxo Escolar		
Alunos retidos	Número de matriculados	Resultado
499	7231	6,90
6. Relação Alunos/Docente em Tempo Integral		
Número de matriculados	Docentes	Resultado
7231	345	20,96
7. Índice de Titulação do Corpo Docente		
Índice	Docentes	Resultado
1288	340	3,79
8. Gastos Correntes por Aluno		
Total de Gastos	Número de matriculados	Resultado
R\$ 67.749.938,05	7231	R\$ 9.369,37
9. Percentual de Gastos com Pessoal		
Total de Gastos com Pessoal	Gastos Totais	Resultado
R\$ 70.451.803,09	R\$ 94.645.336,74	74,44%
10. Percentual de Gastos com outros Custeios (exclusive benefício)		
Total de Gastos com Outros Custeios	Gastos Totais	Resultado
R\$ 15.975.165,05	R\$ 94.645.336,74	16,88%
11. Percentual de gastos com Investimentos (em relação aos gastos totais)		
Total de Gastos com Investimentos	Gastos Totais	Resultado
R\$ 8.218.368,60	R\$ 94.645.336,74	8,68%
12. Número de Alunos matriculados Classificados de acordo com a renda Per Capita Familiar (determinação do TCU)		
0 < RFP <= 0,5 SM		278
0,5 < RFP <= 1 SM		976
1 < RFP <= 1,5 SM		1152
1,5 < RFP <= 2,5 SM		1617
2,5 < RFP <= 3 SM		1388
RFP > 3 SM		1820
Total de Alunos Matriculados		7231

Análise Crítica

Embora o Instituto esteja criado há somente dois anos, o que dificulta um pouco a análise dos Indicadores em função de não haver uma série histórica mais significativa, elaboramos abaixo uma síntese da evolução dos indicadores referentes aos anos de 2009 e 2010.

A Relação Candidato/Vaga teve um aumento significativo de 2009 para 2010 o que comprova o maior interesse da sociedade em buscar uma vaga no Instituto Federal.

A Relação Ingresso /Aluno também cresceu em 2010, o que demonstra que o Instituto tem procurado ofertar mais vagas no mercado visando atender as crescentes demandas da sociedade.

A Relação Concluinte/ Alunos, Índice de Eficiência Acadêmica tiveram resultados melhores em 2010 em comparação com os Índices apresentados em 2009, o que mostra uma evolução do Instituto nestas áreas e uma provável melhoria no processo acadêmico.

O Índice de retenção do Fluxo Escolar aumentou um pouco em relação a 2009, mostrando que houve um aumento no número de reprovações e trancamentos.

A relação alunos/Docentes em tempo Integral manteve-se estável e sem maiores alterações de 2009 para 2010.

O Índice de Titulação do corpo docente passou de 3,08 em 2009 para 3,79 em 2010, o que comprova que os investimentos do Instituto em capacitação estão surtindo resultados positivos.

Os gastos correntes por alunos diminuíram consideravelmente em relação a 2009, em contrapartida o percentual de gastos com pessoal teve um acréscimo em relação a 2009.

O percentual de gastos com outros custeios manteve-se praticamente constante e o percentual de gastos com investimentos teve uma redução em relação a 2009

3. INFORMAÇÕES SOBRE A MOVIMENTAÇÃO E OS SALDOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Quadro A.4.4 – Situação dos Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2010
2009	12.810.851,24	33.984,94	10.981.924,59	1.794.941,71
2008	680.429,50	42.238,22	554.286,36	83.904,92
2007	39.600,36	26.258,08	3.383,50	9.958,78
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2010
2009				
2008				
2007				
Observações				
DECRETO Nº 7418 DE 31 DE DEZEMBRO DE 2010 – PRESIDENCIA DA REPUBLICA				

FONTE: SIAFI GERENCIAL

Análise Crítica: Os Restos a Pagar ocorrem em seu maior percentual de valores em função da liberação intempestiva por parte dos Órgãos competentes dos recursos liberados no final do ano do exercício e o Gestor procura da melhor maneira possível utilizar estes recursos, de forma que os mesmos não sejam devolvidos em função do encerramento do exercício, uma vez que estes recursos, na maioria dos casos, são de extrema importância para o desenvolvimento da Instituição.

Alguns restos a pagar passam de um exercício para o outro, mais de uma vez, principalmente em função da demora de fornecedores em se entregar as mercadorias, pois, uma vez que se a administração cancelar o empenho ela perde o recurso, bem como o material a ser entregue. Isto pode ser apontado como o principal ponto negativo na administração dos Restos a Pagar.

Não existe registro de valores no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI de valores referentes a restos a pagar de exercícios anteriores a 2009 sem que sua vigência tenha sido prorrogada por decreto.

4. INFORMAÇÕES SOBRE RECURSOS HUMANOS

QUADRO A.5.1 – COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE RECURSOS HUMANOS – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2010

Tipologia dos Cargos	Lotação		Ingressos em 2010	Egressos em 2010
	Autorizada	Efetiva		
1. Provimento de Cargo Efetivo				
1.1 Membros de poder e agentes políticos				
1.2 Servidores de Carreira				
1.2.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão		727	206	6
1.2.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado		1		
1.2.3 Servidor de carreira em exercício provisório				
1.2.4 Servidor requisitado de outros órgãos e esferas				
1.3 Servidores com Contratos Temporários		66	50	37
1.4 Servidores Cedidos ou em Licença				
1.4.1 Cedidos		6		
1.4.2 Removidos		8	4	
1.4.3 Licença Remunerada		109	95	89
1.4.4 Licença não remunerada		1	2	1
2. Provimento de cargo em comissão				
2.1 Cargos Natureza Especial				
2.2 Grupo Direção e Assessoramento superior				
2.2.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão				
2.2.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado				
2.2.3 Servidor de outros órgãos e esferas				
2.2.4 Sem vínculo				
2.2.5 Aposentado				
2.3 Funções gratificadas				

2.3.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão				
2.3.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado				
2.3.3 Servidor de outros órgãos e esferas				
3. Total				

Fonte: Diretoria de Gestão de Pessoas

QUADRO A.5.2 – COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE RECURSOS HUMANOS POR FAIXA ETÁRIA – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2010

Tipologias do Cargo	Faixa Etária (anos)				
	Até 30	De 31 a 40	De 41 a 50	De 51 a 60	Acima de 60
1. Provimento de Cargo Efetivo					
1.1 Membros de poder e agentes políticos					
1.2 Servidores de Carreira	138	234	215	120	20
1.3 Servidores com Contratos Temporários	29	20	16	4	
1.4 Servidores Cedidos ou em Licença		13	17	9	3
2. Provimento de cargo em comissão					
2.1 Cargos Natureza Especial					
2.2 Grupo Direção e Assessoramento Superior	2	13	19	12	3
2.3 Funções gratificadas	20	40	46	29	1

Fonte: Diretoria de Gestão de Pessoas

QUADRO A.5.3 – COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE RECURSOS HUMANOS POR ESCOLARIDADE – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2010

Tipologia do Cargo	Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de cargo efetivo									
1.1 Membros de poder e agentes políticos									
1.2 Servidores de Carreira			7	8	111	104	252	186	73
1.3 Servidores com Contratos Temporários						31	21	16	1
1.4 Servidores Cedidos ou em Licença					3	4	13	6	1
2. Provimento de cargo em comissão									
2.1 Cargos Natureza Especial									
2.2 Grupo Direção e Assessoramento Superior						6	21	14	10
2.3 Funções gratificadas				1	28	18	48	25	17
LEGENDA:									
Nível de Escolaridade									
1- Analfabeto; 2- Alfabetizado sem cursos regulares; 3- Primeiro grau incompleto; 4- Primeiro grau; 5- Segundo grau ou técnico; 6- Superior; 7- Aperfeiçoamento / Especialização / Pós- Graduação; 8- Mestrado; 9- Doutorado; 10- Não classificada.									

Fonte: Diretoria de Gestão de Pessoas

QUADRO A.5.4 – COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2010

Regime de proventos/ Regime de aposentadoria	Quantitativo de Servidores	Aposentadorias em 2010
1. Integral	150	4
1.1 Voluntária	137	3
1.2 Compulsório	1	
1.3 Invalidez Permanente	12	
1.4 Outras		
2. Proporcional	27	
2.1 Voluntária	18	
2.2 Compulsório	1	
2.3 Invalidez Permanente	8	
2.4 Outras		

Fonte: Diretoria de Gestão de Pessoas

QUADRO A.5.5 – COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE INSTITUIDORES DE PENSÃO – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2010

Regime de proventos originário do servidor	Quantitativo de Beneficiários	Pensões concedidas em 2010
1. Integral	199	9
2. Proporcional	9	

Fonte: Diretoria de Gestão de Pessoas

QUADRO A.5.6 – COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Custo do exercício (Valores em R\$)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
Nível Superior	8	12	26	26	R\$ 106.114,90
• Área Fim					
• Área Meio					
Nível Médio	2	3	9	9	R\$ 28.948,43
• Área Fim					
• Área Meio					

Fonte: Diretoria de Gestão de Pessoas

QUADRO A.5.7 – QUADRO DE CUSTOS DE RECURSOS HUMANOS NOS EXERCÍCIOS DE 2008, 2009 E 2010

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e vantagens fixas	Despesas Variáveis						Total
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais Previdenciários	Demais despesas variáveis	
Membros de poder e agentes políticos								
2008								
2009								
2010								
Servidores de carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão								
2008	R\$ 8.058.406,50		R\$ 18.736,35	R\$ 120.108,27	R\$ 1.119.117,20	R\$ 15.995,39	R\$ 4.709,64	R\$ 9.337.073,35
2009	R\$ 12.949.438,93		R\$ 212.960,83	R\$ 306.988,61	R\$ 1.611.334,60	R\$ 13.410,55	R\$ 81.093,28	R\$ 15.175.226,80
2010	R\$ 39.551.792,99		R\$ 726.111,82	R\$ 828.456,52	R\$ 4.610.750,40	R\$ 12.052,51	R\$ 178.504,61	R\$ 45.907.668,85
Servidores com Contratos Temporários								
2008	R\$ 362.311,39							
2009	R\$ 380.439,56							
2010	R\$ 1.810.719,91							
Servidores Cedidos com ônus ou em Licença								
2008								
2009								
2010								
Servidores ocupantes de Cargos Natureza Especial								
2008								
2009								
2010								

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e vantagens fixas	Retribuições	Gratificações	Adicionais	Despesas Variáveis			Total
					Indenizações	Benefícios Assistenciais Previdenciários	Demais despesas variáveis	
Servidores ocupantes de cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior								
2008			R\$ 2.581.163,36					R\$ 2.581.163,36
2009			R\$ 3.719.402,00					R\$ 3.719.402,00
2010			R\$ 13.331.769,97					R\$ 13.331.769,97
Servidores ocupantes de Funções Gratificadas								
2008			R\$ 610.208,94					R\$ 610.208,94
2009			R\$ 1.227.458,80					R\$ 1.227.458,80
2010			R\$ 2.241.070,42					R\$ 2.241.070,42

Fonte: Diretoria de Gestão de Pessoas

QUADRO A.5.8 – CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA

Unidade Contratante													
Nome: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais - REITORIA													
UG/ Gestão: 158123/26411					CNPJ: 10.723.648/0001-40								
Informações sobre os contratos													
Ano do Contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada(CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2009	L	O	016/2009	07.544.068/0001-80	03/08/09	02/08/11	2	2					P
Observação:													
<p>LEGENDA: Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva. Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial. Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado. Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no Contrato; (C) Efetivamente contratada.</p>													

Fonte: Setor de Licitações e Contratos

Unidade Contratante

Nome: **Instituto Federal do Sudeste de MG – Campus Juiz de Fora**

UG/ Gestão: **158414/ 26411**

CNPJ: **10.723.648/0004- 92**

Informações sobre os contratos

Ano do Contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada(CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2010	L	O	003/2010	GWR Gerenciamento de Serviços Ltda (08.605.317/0001-63)	08/03/10	07/03/11	15	15	1	1	-	-	A
2010	V	O	008/2010	JKMG Segurança Privada Ltda (09.484.451/0001-16)	19/04/10	18/04/11	2	2	-	-	-	-	A

Observação:

LEGENDA:

Área: **(L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.**

Natureza: **(O) Ordinária; (E) Emergencial.**

Nível de Escolaridade: **(F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.**

Situação do Contrato: **(A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.**

Quantidade de trabalhadores: **(P) Prevista no Contrato; (C) Efetivamente contratada.**

Unidade Contratante													
Nome: Instituto Federal do Sudeste de MG – Campus Barbacena													
UG/ Gestão: 158413/ 26411				CNPJ: 10.723.648/0005-73									
Informações sobre os contratos													
Ano do Contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada(CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2009	L	O	19	07.544.068/0001-80	01/09/09	Em andamento	10	10	2	2	-	-	P
2009	V	O	19	07.544.068/0001-80	01/09/09	Em andamento	2	3	2	2	-	-	P
Observação: O contrato está em andamento, mas poderá ser aditivado até 31/08/2014, onde completará 60 meses.													
LEGENDA:													
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.													
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.													
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.													
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													
Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no Contrato;(C) Efetivamente contratada.													

Unidade Contratante													
Nome: Instituto Federal do Sudeste de MG – Campus Muriaé													
UG/ Gestão: 158415/ 26411				CNPJ: 10.723.648/0003-01									
Informações sobre os contratos													
Ano do Contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada(CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2009	L	O	44/2009	97.481.220/0001-16	15/01/10	14/01/11	19	15	-	-	-	-	A
2009	V	O	45/2009	08.984.115/0001-70	15/01/10	14/01/11	6	6	-	-	-	-	A
Observação:													
<u>LEGENDA:</u>													
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.													
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.													
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.													
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													
Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no Contrato;(C) Efetivamente contratada.													

Unidade Contratante													
Nome: Instituto Federal do Sudeste de MG – Campus Rio Pomba													
UG/ Gestão: 158412/ 26411				CNPJ: 10.723.648/0002-20									
Informações sobre os contratos													
Ano do Contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada(CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2009	L	O	26/2009 Termo aditivo 09/2010 (prazo)	Soma Terceirização de Serviços Ltda 08.984.115/0001-70	01/08/09	31/07/10	12	12	-	-	-	-	P
					02/08/10	31/07/11							
Observação:													
LEGENDA: Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva. Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial. Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado. Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no Contrato;(C) Efetivamente contratada.													

Unidade Contratante													
Nome: Instituto Federal do Sudeste de MG – Campus Avançado Santos Dumont													
UG/ Gestão: 158123/26111				CNPJ: 10.723.648/0001-40									
Informações sobre os contratos													
Ano do Contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada(CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2010	L	O	22/2010	09.196.147/0001-73	20/12/10	20/12/11	1	-	-	-	-	-	A
Observação:													
LEGENDA: Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva. Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial. Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado. Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no Contrato; (C) Efetivamente contratada.													

QUADRO A.5.9 – CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA

Unidade Contratante													
Nome: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais - REITORIA													
UG/ Gestão: 158123/26411				CNPJ: 10.723.648/0001-40									
Informações sobre os contratos													
Ano do Contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada(CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2009	1	O	013/2009	07.544.068/0001-80	03/08/09	02/08/11			8	8			P
2009	3	O	014/2009	09.196.147/0001-73	03/08/09	02/08/11	1	1					P
2009	1	O	015/2009	07.655.416/0001-97	03/08/09	02/08/11			4	3			P
2010	1	O	017/2010	10.704.092/0001-44	03/11/10	02/11/11			1	1			A
Observação:													
<u>LEGENDA:</u>													
Área:													
<ol style="list-style-type: none"> 1. Apoio Administrativo Técnico e Operacional; 2. Manutenção e Conservação de Bens Imóveis; 3. Serviços de Copa e Cozinha; 4. Manutenção e Conservação de Bens Móveis; 5. Serviços de Brigada de Incêndio; 6. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes; 7. Outras. 													
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.													
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.													
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													
Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato;(C) Efetivamente contratada.													

Fonte: Setor de Licitações e Contratos

Unidade Contratante													
Nome: Instituto Federal do Sudeste de MG – Campus Juiz de Fora													
UG/ Gestão: 158414/ 26411				CNPJ: 10.723.648/0004-92									
Informações sobre os contratos													
Ano do Contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada(CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2010	1	O	003/2010	GWR Gerenciamento de Serviços Ltda (08.605.317/0001-63)	08/03/10	07/03/11	1	1	11	11	-	-	A
2010	2	O	003/2010	GWR Gerenciamento de Serviços Ltda (08.605.317/0001-63)	08/03/10	07/03/11	12	12	1	1	-	-	A
2010	3	O	003/2010	GWR Gerenciamento de Serviços Ltda (08.605.317/0001-63)	08/03/10	07/03/11	1	1	-	-	-	-	A
2010	1	O	010/2010	Adminas Administração e Terceirização de Mão de Obra Ltda (07.544.068/0001-80)	01/06/10	30/09/10	-	-	2	2	-	-	E
2010	7	O	002/2010	Digna Serviços Auxiliares Ltda – ME (08.380.194/0001-00)	08/03/10	07/03/11	3	3	-	-	-	-	A
Observação:													
LEGENDA:													
Área:													
1. Apoio Administrativo Técnico e Operacional;							2. Manutenção e Conservação de Bens Imóveis;						
3. Serviços de Copa e Cozinha;							4. Manutenção e Conservação de Bens Móveis;						
5. Serviços de Brigada de Incêndio;							6. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes;						
7. Outras.													
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.													
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.													
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													
Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato;(C) Efetivamente contratada.													

Unidade Contratante													
Nome: Instituto Federal do Sudeste de MG – Campus Barbacena													
UG/ Gestão: 158413/ 26411				CNPJ: 10.723.648/0005-73									
Informações sobre os contratos													
Ano do Contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada(CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2009	1	O	16	08.491.163/0001-26	31/07/09	Em andamento	-	-	1	1	1	1	P
2009	1	O	19	07.544.068/0001-80	01/09/09	Em andamento	-	-	2	2	-	-	P
2009	2	O	19	07.544.068/0001-80	01/09/09	Em andamento	12	12	2	4	-	-	P
2009	3	O	19	07.544.068/0001-80	01/09/09	Em andamento	2	3	6	9	-	-	P
2009	7	O	19	07.544.068/0001-80	01/09/09	Em andamento	14	14	16	18	-	-	P
Observação: 1- Os contratos citados poderão ser aditivados até 2014, onde completarão 60 meses. 2- Entende-se OUTROS como: 22 trabalhadores braçais, 04 ordenhadores, 04 operadores de abate e 02 ajudante de laticínios.													
LEGENDA:													
Área:													
1. Apoio Administrativo Técnico e Operacional;						2. Manutenção e Conservação de Bens Imóveis;							
3. Serviços de Copa e Cozinha;						4. Manutenção e Conservação de Bens Móveis;							
5. Serviços de Brigada de Incêndio;						6. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes;							
7. Outras.													
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.													
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.													
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													
Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato;(C) Efetivamente contratada.													

Unidade Contratante													
Nome: Instituto Federal do Sudeste de MG – Campus Muriaé													
UG/ Gestão: 158415/ 26411				CNPJ: 10.723.648/0003-01									
Informações sobre os contratos													
Ano do Contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada(CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2009	1	O	39/2009	10.393.694/0001-28	15/01/10	14/01/11	-	-	4	3	-	1	A
2009	1	O	42/2009	08.984.115/0001-70	15/01/10	14/01/11	1	1	-	-	-	-	A
2009	1	O	43/2009	07.071.877/0001-12	15/01/10	14/01/11	10	8	-	-	-	-	A
2009	1	O	40/2009	07.655.419/0001-97	15/01/10	14/01/11	2	-	-	2	-	-	A
2009	2	O	42/2009	08.984.115/0001-70	15/01/10	14/01/11	2	2	-	-	-	-	A
2009	3	O	41/2009	07.071.877/0001-12	15/01/10	14/01/11	2	-	-	2	-	-	A
Observações:													
<u>LEGENDA:</u>													
Área:													
1. Apoio Administrativo Técnico e Operacional;						2. Manutenção e Conservação de Bens Imóveis;							
3. Serviços de Copa e Cozinha;						4. Manutenção e Conservação de Bens Móveis;							
5. Serviços de Brigada de Incêndio;						6. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes;							
7. Outras.													
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.													
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.													
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													
Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato;(C) Efetivamente contratada.													

Unidade Contratante													
Nome: Instituto Federal do Sudeste de MG – Campus Rio Pomba													
UG/ Gestão: 158412/26411				CNPJ: 10.723.648/0002-20									
Informações sobre os contratos													
Ano do Contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada(CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2010	1	O	19/2010	Seter Serviços e Terceirização de Mão de Obra Ltda (10.704.092/0001-44)	02/08/10	31/07/11	1	1	-	-	-	-	A
2010	2	O	20/2010	Seter Serviços e Terceirização de Mão de Obra Ltda (10.704.092/0001-44)	02/08/10	31/07/11	5	5	2	2	-	-	A
2010	1	O	21/2010	Seter Serviços e Terceirização de Mão de Obra Ltda (10.704.092/0001-44)	02/08/10	31/07/11	7	7	-	-	-	-	A
2010	1	O	22/2010	Seter Serviços e Terceirização de Mão de Obra Ltda (10.704.092/0001-44)	01/09/10	31/08/11	-	-	1	1	-	-	A
2010	1	O	25/2010	Seter Serviços e Terceirização de Mão de Obra Ltda (10.704.092/0001-44)	01/09/10	31/08/11	-	-	2	2	-	-	A
2010	1	O	26/2010	Delta Serviços Terceirizados Ltda (07.637.617/0001-61)	01/09/10	31/08/11	-	-	1	1	-	-	A
2009	1	O	31/2009 Termo aditivo 18/2010	Adcon Administração e Conservação Ltda (04.552.404/0001-49)	16/09/09 16/09/10	15/09/10 31/12/10	-	-	4	4	-	-	P
2010	1		32/2010- Pregão 46/2010	Adcon Administração e Conservação Ltda (04.552.404/0001-49)	01/01/11	31/12/11							
2009	1	O	29/2009	Soma Terceirização de Serviços	01/09/09	31/08/10	25	31	-	-	-	-	P

			Termo aditivo 14/2010	Ltda (08.984.115/0001-70)	01/09/10	31/08/11							
2009	3	O	30/2009 Termo aditivo 15/2010	Seter Serviços e Terceirização de Mão de Obra Ltda (10.704.092/0001-44)	01/09/09 01/09/10	31/08/10 31/08/11	17	19	-	-	-	-	P
2009	1	O	22/2009	Adminas Administração e Terceirização de Mão de Obra Ltda (07.544.068/0001-80)	01/08/09	31/07/10	-	-	3	3	-	-	E
2009	1	O	23/2009	América Terceirização Ltda (10.668.049/0001-70)	01/08/09	31/07/10	-	-	1	1	-	-	E
2009	2	O	24/2009	Adminas Administração e Terceirização de Mão de Obra Ltda (07.544.068/0001-80)	01/08/09	31/07/10	4	4	2	2	-	-	E
2009	1	O	25/2009	GWR Gerenciamento de Serviços Ltda (08.605.317/0001-63)	01/08/09	31/07/10	7	7	-	-	-	-	E

Observações:

LEGENDA:

Área:

- 1. Apoio Administrativo Técnico e Operacional;**
- 3. Serviços de Copa e Cozinha;**
- 5. Serviços de Brigada de Incêndio;**

- 2. Manutenção e Conservação de Bens Imóveis;**
- 4. Manutenção e Conservação de Bens Móveis;**
- 6. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes;**

7. Outras.

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Unidade Contratante													
Nome: Instituto Federal do Sudeste de MG – Campus Avançado Santos Dumont													
UG/ Gestão: 158123/26111				CNPJ: 10.723.648/0001-40									
Informações sobre os contratos													
Ano do Contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada(CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2010	1	O	22/2010	09.196.147/0001-73	20/12/10	20/12/11	2	-	-	-	-	-	A
2010	1	O	21/2010	04.712.320/001-25	20/12/10	20/12/11	-	-	4	-	-	-	A
Observações:													
<u>LEGENDA:</u>													
Área:													
1. Apoio Administrativo Técnico e Operacional;						2. Manutenção e Conservação de Bens Imóveis;							
3. Serviços de Copa e Cozinha;						4. Manutenção e Conservação de Bens Móveis;							
5. Serviços de Brigada de Incêndio;						6. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes;							
7. Outras.													
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.													
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.													
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													
Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato;(C) Efetivamente contratada.													

QUADRO A.5.10 – DISTRIBUIÇÃO DO PESSOAL CONTRATADO MEDIANTE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA

Identificação do Contrato	Área	Qtd.	Unidade Administrativa
013/2009	1	5	Pró-Reitoria de Administração
013/2009	1	1	Pró-Reitoria de Ensino
013/2009	1	1	Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação
013/2009	1	1	Diretoria de Gestão de Pessoas
014/2009	3	1	Pró-Reitoria de Administração
015/2009	1	3	Pró-Reitoria de Administração
016/2009	7	2	Pró-Reitoria de Administração
017/2010	1	1	Procuradoria Jurídica

LEGENDA:

Área:

1. Apoio Administrativo Técnico e Operacional;
2. Manutenção e Conservação de Bens Imóveis;
3. Serviços de copa e cozinha;
4. Manutenção e Conservação de Bens Móveis;
5. Serviços de Brigada de Incêndio;
6. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes;
7. Higiene e Limpeza;
8. Vigilância Ostensiva;
9. Outras.

Fonte: Setor de Licitações e Contratos

CAMPUS JUIZ DE FORA

Identificação do Contrato	Área	Qtd.	Unidade Administrativa
002/2010	9	3	Coordenação de Infra Estrutura
003/2010	1	1	Gabinete Diretor Geral
003/2010	1	3	Secretaria Acadêmica
003/2010	1	1	Coordenação de Infra Estrutura
003/2010	1	1	Diretoria de Extensão e Relações Comunitárias
003/2010	1	1	Departamento Educação e Ciências
003/2010	1	3	Serviço de Orientação Educacional
003/2010	1	1	EAD – Núcleo de Ensino á Distância
003/2010	1	1	Secretaria Geral
003/2010	2	4	Coordenação de Infra Estrutura
003/2010	2	9	Coordenação de Infra Estrutura
003/2010	3	1	Coordenação de Infra Estrutura
003/2010	7	16	Coordenação de Infra Estrutura
008/2010	8	2	Coordenação de Infra Estrutura

LEGENDA:

Área:

1. Apoio Administrativo Técnico e Operacional;
3. Serviços de copa e cozinha;
5. Serviços de Brigada de Incêndio;
7. Higiene e Limpeza;
8. Vigilância Ostensiva;
9. Outras.

2. Manutenção e Conservação de Bens Imóveis;
4. Manutenção e Conservação de Bens Móveis;
6. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes;

CAMPUS BARBACENA

Identificação do Contrato	Área	Qtd.	Unidade Administrativa
016/2010	1	2	DDE/CGE
019/2010	1	2	DDE/CGPP
019/2010	2	16	DDE/CGAE
019/2010	3	9	DDE/CGAE
019/2010	7	12	DDE/CGAE
019/2010	8	5	DDE/CGAE
019/2010	9	32	DDE/CGPP

LEGENDA:

Área:

1. Apoio Administrativo Técnico e Operacional;
3. Serviços de copa e cozinha;
5. Serviços de Brigada de Incêndio;
7. Higiene e Limpeza;
8. Vigilância Ostensiva;
9. Outras.

2. Manutenção e Conservação de Bens Imóveis;
4. Manutenção e Conservação de Bens Móveis;
6. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes;

CAMPUS MURIAÉ

Identificação do Contrato	Área	Qtd.	Unidade Administrativa
39/2009	1	4	Unidade Barra - DDI
40/2009	1	2	Unidade Barra - DDI
42/2009	1	1	Unidade Rural – Coord. Desenv. de Campo
43/2009	1	6	Unidade Rural – Coord. Desenv. De Campo
43/2009	1	2	Unidade Barra – Coord. Desenv. De Campo
42/2009	2	2	Unidades Barra e Rural - DDI
42/2009	1	1	Unidade Rural – Coord. Desenv. de Campo
41/2009	1	1	Unidade Barra - DDI
41/2009	1	1	Unidade Rural - DDI
44/2009	7	12	Unidade Barra - DDI
44/2009	7	3	Unidade Rural - DDI
45/2009	8	4	Unidade Rural - DDI
45/2009	8	2	Unidade Barra - DDI

LEGENDA:

Área:

1. Apoio Administrativo Técnico e Operacional;
3. Serviços de copa e cozinha;
5. Serviços de Brigada de Incêndio;
7. Higiene e Limpeza;
9. Outras.

2. Manutenção e Conservação de Bens Imóveis;
4. Manutenção e Conservação de Bens Móveis;
6. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes;
8. Vigilância Ostensiva;

CAMPUS RIO POMBA

Identificação do Contrato	Área	Qtd.	Unidade Administrativa
19/2010	1	1	Coordenação Geral de Produção e Pesquisa
20/2010	2	5	Departamento de Administração
21/2010	1	7	Coordenação Geral de Produção e Pesquisa
22/2010	1	1	Diretoria de Desenvolvimento Institucional
25/2010	1	2	Departamento de Administração
26/2010	1	1	Departamento de Administração
31/2009	1	4	Departamento de Administração
29/2009	1	31	Coordenação Geral de Produção e Pesquisa/ Departamento de Administração
30/2009	3	19	Coordenação Geral de Ensino/ Coordenação Geral de Produção e Pesquisa
22/2009	1	3	Departamento de Administração
23/2009	1	1	Diretoria de Desenvolvimento Institucional
24/2009	2	6	Departamento de Administração
25/2009	1	7	Coordenação Geral de Produção e Pesquisa

LEGENDA:

Área:

- 1. Apoio Administrativo Técnico e Operacional;
- 3. Serviços de copa e cozinha;
- 5. Serviços de Brigada de Incêndio;
- 7. Higiene e Limpeza;
- 9. Outras.

- 2. Manutenção e Conservação de Bens Imóveis;
- 4. Manutenção e Conservação de Bens Móveis;
- 6. Apoio Administrativo – Menores Aprendizes;
- 8. Vigilância Ostensiva;

5. MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Quadro A.2.7 Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Natureza da Movimentação de Crédito		UG Concedente e/ou recebedora	Classificação da ação	Despesas Correntes		
				1 - Pessoal e Encargos Sociais	2 - Juros e Encargos da Dívida	3 - Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Concedidos	158412	0927200890181	6.099,29		
		158413	0927200890181	25.176,01		
		158412	1236310622992	8.075,88		
		158412	2066514268606			3.903,28
		158415	2066514268606			6.089,21
		158413	12363106220AW			35.400,00
		158412	1236310626358			178.912,00
		158413	1236310626358			47.081,86
		158414	1236310626358			85.400,00
		158415	1236310626358			67.000,00
		158412	1236310626380			17.870,35
		158413	1236310626380			384.275,43
		158414	1236310626380			5.926,81
		158415	1236310626380			16.054,73
		158413	1236310628650			835,95

	158412	1236413772C68		72.562,15
	158412	1212810612C95		58.304,62
	158412	1230610618744		52.736,53
	158413	1230610618744		68.491,94
	158412	1236310628252		70.469,74
	158413	1236310628252		99.859,55
	158414	1236310628252		122.955,02
	158412	1212810674572		56.087,58
	158413	1212810674572		99.999,29
	158415	1212810674572		36.354,76
	158412	1236310621H10		348.290,00
	158413	1236310621H10		300.000,00
	158414	1236310621H10		251.822,15
	158415	1236310621H10		128.554,90
	158412	1236310622992		3.620.522,19
	158413	1236310622992		3.033.522,70
	158414	1236310622992		2.495.151,94
	158415	1236310622992		1.298.264,35
	158412	1236310622994		149.889,51
	158413	1236310622994		156.998,64

		158412	1236310626358		73.078,14	
		158415	1236310626358		24.833,69	
		158412	1236310628650		541.750,00	
		158413	1236310628650		505.998,58	
		158414	1236310628650		11.250,00	
		158415	1236310628650		12.494,22	
		Recebidos	158415	1236310622992		2.441,57
			158412	1236310622994		1.330,30
Movimentação Externa	Concedidos	090032	2884609010005	154.239,00		
		090032	28846090100G5	20.636,00		
	Recebidos	150016	2066514268606		9.992,49	
		150014	1212210672272		712,97	
		150016	12363106220AW		35.400,00	
		150016	1236310626358		390.769,98	
		150016	1236310626380		897.969,19	
		150016	1236310628650		104.893,74	
		150011	1236413772C68		72.562,15	
		153173	1212810612C95		58.304,62	
		153173	1230610618744		121.228,47	
		153173	1236310628252		294.043,21	

		150016	2412810086867			79.936,45
Natureza da Movimentação de Crédito	UG Concedente e/ou recebedora	Classificação da ação	Despesas de Capital			
			4 - Investimentos	5 - Inversões Financeiras	6 - Amortização da Dívida	
Movimentação Interna	Concedidos	158412	1957104718977	7.988,00		
		158415	1957104718977	4.949,00		
		158412	1236310626358	8.600,15		
		158413	1236310626358	108,99		
		158412	1236310626380	1.879,96		
		158413	1236310626380	24.104,00		
		158415	1236310626380	2.429,10		
		158413	1236310628650	972.682,19		
		158412	1236413772C68	33.045,41		
		158412	1236310628252	191.335,01		
		158413	1236310628252	6.908,90		
		158414	1236310628252	46.126,57		
		158412	1236310621H10	278.833,55		
		158413	1236310621H10	713.210,00		
		158415	1236310621H10	299.950,06		
		158412	1236310622992	119.974,41		

		158413	1236310622992	219.939,31		
		158414	1236310622992	499.529,40		
		158412	1236310626301	44.159,64		
		158413	1236310626301	49.993,72		
		158414	1236310626301	34.999,97		
		158412	1236310628650	217.942,74		
		158413	1236310628650	1.018.551,00		
		158414	1236310628650	587.905,00		
		158415	1236310628650	22.861,00		
			Recebidos	-	-	-
Movimentação Externa	Concedidos	-	-	-		
	Recebidos	150016	1957104718977	12.937,00		
		150016	1236310626358	8.709,14		
		150016	1236310626380	1.391.665,50		
		150016	1236310628650	2.603.852,51		
		150011	1236413772C68	33.045,41		
		153173	1236310628252	244.370,48		

FONTE: SIAFI GERENCIAL

Análise Crítica: Os créditos recebidos contribuíram para a expansão e reestruturação dos campi do Instituto visando proporcionar melhores condições aos alunos e conseqüentemente uma melhoria na qualidade do ensino oferecido pelo Instituto

6. DECLARAÇÃO DA ÁREA RESPONSÁVEL ATESTANDO QUE AS INFORMAÇÕES REFERENTES A CONTRATOS E CONVÊNIOS OU OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES ESTÃO DISPONÍVEIS E ATUALIZADAS, RESPECTIVAMENTE, NO SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO DE SERVIÇOS GERAIS – SIASG E NO SISTEMA DE GESTÃO DE CONVÊNIOS, CONTRATOS DE REPASSE E TERMOS DE PARCERIA – SICONV, CONFORME ESTABELECE O ART. 19 DA LEI Nº 12.309, DE 9 DE AGOSTO DE 2010.

Documento colocado em anexo no final do Relatório

7. INFORMAÇÕES SOBRE O CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES ESTABELECIDAS NA LEI Nº 8.730, DE 10 DE NOVEMBRO DE 1993, RELACIONADAS À ENTREGA E AO TRATAMENTO DAS DECLARAÇÕES DE BENS E RENDAS.

Documento colocado em anexo no final do Relatório

8. ESTRUTURA DE CONTROLES INTERNOS DA UNIDADE JURISDICIONADA

QUADRO A.9.1 – ESTRUTURA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				X	
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				X	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.					X
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizadas e estão postos em documentos formais.					X
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.			X		
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					X
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.					X
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				X	
Avaliação de Risco					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.					X
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.				X	
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis de gestão.				X	
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.			X		
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.				X	
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidade nos processos internos da unidade.	X				
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
Procedimentos de Controle					
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.			X		

20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.					X
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.					X
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.					X
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					X
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.					X
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.					X
26. A informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.					X
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				X	
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.					X
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.					X
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.					X
Consideração Gerais:					

LEGENDA:

Níveis de Avaliação:

- **(1) - Totalmente inválida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.
- **(2) - Parcialmente inválida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.
- **(3) - Neutra:** Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.
- **(4) - Parcialmente válida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.
- **(5) - Totalmente válido:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.

9. GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS

QUADRO A.10.1 – GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
<p>1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas.</p> <ul style="list-style-type: none"> Na compra de mobiliário foi exigido certificado de origem da madeira. Dessa forma, ficou garantida a aquisição de material fabricado com madeiras de origem legal, originárias de espécies nativas com corte autorizado mediante Plano de Manejo Florestal Sustentável ou Autorização de Desmate para Uso Alternativo do Solo, devidamente licenciados pelo IBAMA ou órgão ambiental estadual competente. 		X			
<p>2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.</p>				X	
<p>3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).</p>				X	
<p>4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex. ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços.</p>		X			
<p>5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/ produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ ou água (ex. torneiras automáticas, lâmpadas econômicas).</p>	X				
<p>6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/ produtos reciclados (ex. papel reciclado). d) Papel A4 reciclado, material gráfico em papel reciclado.</p>					X
<p>7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos.</p> <ul style="list-style-type: none"> As especificações nos editais de licitações ocasionaram a aquisição de veículos mais eficientes e menos poluentes, além de utilizarem combustíveis alternativos (FLEX). 					X
<p>8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/ produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ ou recarga). 8. Cartuchos, tóneres, carimbos e pincéis passíveis de cargas.</p>					X
<p>9. Para a aquisição de bens/ produtos é levada em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens/ produtos.</p>					X
<p>10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.</p>					X

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/ 2006.	X				
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica.	X				
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores.	X				

LEGENDA:

Níveis de Avaliação:

- **(1) - Totalmente inválida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.
- **(2) - Parcialmente inválida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.
- **(3) - Neutra:** Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.
- **(4) - Parcialmente válida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.
- **(5) - Totalmente válido:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.

10. GESTÃO DE BENS IMOVEIS DE USO DA UNIÃO

QUADRO A.11.1 – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL DE PROPRIEDADE DA UNIÃO

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2009	EXERCÍCIO 2010
BRASIL	UF1	Σ	Σ
	Juiz de Fora	2	2
	Barbacena	1	1
	Rio Pomba	1	1
	Santos Dumont	0	1
	São João Del Rey	1	1
	Município 2	-	-
Subtotal Brasil		5	6
EXTERIOR	PAÍS 1	Σ	Σ
	cidade 1		
	cidade 2		
	cidade “n”		
	PAÍS “n”	Σ	Σ
	cidade 1		
	cidade 2		
	cidade “n”		
Subtotal Exterior		Σ	Σ
Total (Brasil + Exterior)		5	6

Fonte: Setor de Patrimônio do Instituto

QUADRO A.11.2 – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL LOCADOS DE TERCEIROS

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2009	EXERCÍCIO 2010
BRASIL	UF1	Σ	Σ
	Juiz de Fora-MG	1	1
	município 2		
	município “n”		
	UF “n”	Σ	Σ
	município 1		
	município 2		
	município “n”		
Subtotal Brasil		Σ	Σ
EXTERIOR	PAÍS 1	Σ	Σ
	cidade 1		
	cidade 2		
	cidade “n”		
	PAÍS “n”	Σ	Σ
	cidade 1		
	cidade 2		
	cidade “n”		
Subtotal Exterior		Σ	Σ
Total (Brasil + Exterior)		Σ	Σ

Fonte: Setor de Patrimônio do Instituto

QUADRO A.11.3 – DISCRIMINAÇÃO DOS BENS IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO SOB RESPONSABILIDADE DA UJ

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa com Manutenção no exercício	
				Vr. Histórico	Dt. Avaliação	Vr. Reavaliado	Imóvel	Instalações
158414	473300101.500-4	12	3	98.230,85	09/10/09	98.230,85	0	1.939,01
158414	473300104.500-0	12	3	4.149.346,77	01/09/10	4.149.346,77	0	95.011,35
158413	411100049500-3	21	3	547.356,00	01/01/00	12.885.833,59	87.903,20	169.723,24
158412	511500009.500-3	21	3	6.194.758,62	18/08/10	-	333.403,57	-
158123	521300014.500-0	10	5	-	28/08/10	1.573.731,87	-	-
158123		5	3	284.531,45	-	-	443.495,69	-
Total							864.802,46	266.673,60

Fonte: Setor de Patrimônio do Instituto

OBSERVAÇÕES UG 158414:

_Foram informados os RIP Imóvel cadastrados no sistema do SPU com destinação de uso ao IF Sudeste MG – Campus Juiz de fora, antigo CTU (Colégio Técnico Universitário da Universidade Federal de Juiz de Fora/ MG), sob a UG 170098 – Gerência Regional de Patrimônio da União/ MG. Os RIP utilização são, respectivamente, 473300039.500-8 e 473300151.500-7.

_ Os valores informados relativos às despesas com manutenção no exercício foram extraídos do SIAFI e dizem respeito aos empenhos realizados com natureza de despesa 339030-24, 339037-04, 339039-16. Os valores levantados foram distribuídos em razão da área do terreno de cada RIP, sendo 2% para o registro 473300101.500-4 e 98% para o registro 47330151.500-7.

_Os imóveis relativos aos RIP 473300101.500-4 e 47330151.500-7 encontram-se em processo de regularização de doação na SPU/ MG. Processo nº 04926.000880/2009-80.

OBSERVAÇÕES UG 158123:

_ Conforme Registro de Imóveis da Comarca de São João Del Rey e Autorização de Cessão de uso de Bem Público (Lei Municipal nº 4.362 de 04/09/2009):

1- Área total do imóvel = 20.500 m² (vinte mil e quinhentos metros quadrados);

2.Área construída (prédios e benfeitorias) = 3.202,55 m² (três mil, duzentos e dois metros e cinquenta e cinco decímetros quadrados) com valor venal de R\$ 284.531,45 (duzentos e oitenta e quatro mil, quinhentos e trinta e um reais e quarenta e cinco centavos);

Análise Crítica: A administração do Instituto tem buscado, na medida do possível e dentro da disponibilidade orçamentária, manter os imóveis da União sempre em bom estado de conservação, preservando os mesmos de maneira que possa atender satisfatoriamente aos alunos, servidores e comunidade em geral do Instituto.

11. GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

QUADRO A.12.1 – GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DA UJ

Quesitos a serem avaliados	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Planejamento					
1. Há planejamento institucional em vigor ou existe área que faz o planejamento da UJ como um todo.					X
2. Há planejamento Estratégico para a área de TI em vigor.				X	
3. Há comitê que decida sobre a priorização das ações e investimentos de TI para a UJ.					X
Recursos Humanos de TI					
4. Quantitativo de servidores e de terceirizados atuando na área de TI.	Informar quantitativos				
5. Há carreiras específicas para a área de TI no plano de cargos do órgão/ Entidade.					X
Segurança da Informação					
6. Existe uma área específica, com responsabilidades definidas, para lidar estrategicamente com segurança da informação.		X			
7. Existe Política de Segurança da Informação (PSI) em vigor que tenha sido instituída mediante documento específico.	X				
Desenvolvimento e Produção de Sistemas					
8. É efetuada avaliação para verificar se os recursos de TI são compatíveis com as necessidades da UJ.			X		
9. O desenvolvimento de sistemas quando feito na UJ segue metodologia definida.			X		
10. É efetuada a gestão de acordos de níveis de serviço das soluções de TI do Órgão/ Entidade oferecidas aos seus clientes.		X			
11. Nos contratos celebrados pela UJ é exigido acordo de nível de serviço.					X
Contratação e Gestão de Bens e Serviços de TI					
12. Nível de participação de terceirização de bens e serviços de TI em relação ao desenvolvimento interno da própria UJ.	Informar o percentual de participação				
13. Na elaboração do projeto básico das contratações de TI são explicitados os benefícios da contratação em termos de resultado para UJ e não somente em termos de TI.				X	
14. O Órgão/ Entidade adota processo de trabalho formalizado ou possui área específica de gestão de contratos de bens e serviços de TI.					X
15. Há transferência de conhecimento para servidores do Órgão/ Entidade referente a produtos e serviços de TI terceirizados?				X	
<u>Considerações Gerais:</u> A princípio respondido individualmente pelo Coordenador de TI Alberto Cezar Carvalho; os quantitativos foram enviados via e-mail dos CAMPI para o Coordenador; e finalmente submetido ao parecer dos colegas da área na Reitoria, sendo acatadas algumas alterações sugeridas.					

LEGENDA:

Níveis de Avaliação:

- **(1) - Totalmente inválida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.
- **(2) - Parcialmente inválida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.

- **(3) - Neutra:** Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.
- **(4) - Parcialmente válida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.
- **(5) - Totalmente válido:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.

RECURSOS HUMANOS DE TI:

Quantitativo de servidores e de terceirizados atuando na área de TI.

CAMPUS	Quantidade de Efetivos	Quantidade de Terceirizados
Juiz de Fora	4	0
Barbacena	3	0
Rio Pomba	5	1
Muriaé	3	0
Santos Dumont	1	0
São João Del Rey	2	0
Reitoria	5	0

Contratação e gestão de bens e serviços de TI:

Nível de participação de terceirização de bens e serviços de TI em relação ao desenvolvimento interno da própria UJ.

- Neste caso é praticamente zero%, uma vez que só temos contratado o PHL e agora o Integre.se (Intranet).

12. INFORMAÇÕES SOBRE A UTILIZAÇÃO DE CARTÕES DE PAGAMENTO DO GOVERNO FEDERAL, OBSERVANDO-SE AS DISPOSIÇÕES DOS DECRETOS NºS 5.355/2005 E 6.370/2008.

DESPESAS COM SUPRIMENTO DE FUNDOS E CARTÃO DE PAGAMENTO

CPF	SUPRIDO	UG Executora		Sq Cartão Pagto Gov Federal	Fatura - Cartão Pagto Gov. Fed	Saque Cartão de Pag do Gov. Federal
38151065672	JOSE FERNANDO COSTA	158413	CAMPUS BARBACENA	100,00	5.439,96	
51482029634	GERALDO ALOISIO DE MOURA	158413	CAMPUS BARBACENA	1.680,00	17.738,94	3.713,48

FONTE: SIAFI GERENCIAL

13. INFORMAÇÕES SOBRE AS PROVIDÊNCIAS ADOTADAS PARA ATENDER ÀS DELIBERAÇÕES EXARADAS EM ACÓRDÃOS DO TCU OU EM RELATÓRIOS DE AUDITORIA DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO QUE FISCALIZA A UNIDADE JURISDICIONADA OU AS JUSTIFICATIVAS PARA O SEU NÃO CUMPRIMENTO.

QUADRO A.15.1 – CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO.

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa:					Código SIORGI
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIENCIA E TECNOLOGIA DO SUDESTE DE MG					100902
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação expedida
		5545/2010 – Segunda Câmara			
Órgão/ entidade objeto da determinação e/ ou recomendação					Código SIORGI
Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Sudeste de MG (Campus Rio Pomba)					1199
Descrição da deliberação:					
<p>ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, em 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo relator e com fundamento no art. 39 da Lei nº 8.443/1992, em:</p> <p>9.1. julgar legal a concessão de aposentadoria a Wilson Macário Vieira de Carvalho Martins e determinar o registro do respectivo ato;</p> <p>9.2. julgar ilegais as concessões de aposentadoria a Cleto Zanotti Ongaro, José Evilázio Mendes Cardoso, Marcelo do Amaral Quintão, Sebastião Nunes de Paula e Vicente de Paula Oliveira e denegar registro aos respectivos atos;</p> <p>9.3. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos pelos interessados mencionados no subitem anterior, nos termos do Enunciado nº 106 da Súmula de Jurisprudência desta Corte;</p> <p>9.4. determinar ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais que adote as seguintes providências no prazo de quinze dias:</p> <p>9.4.1. dê ciência aos interessados mencionados no item 3 do inteiro teor desta deliberação e faça juntar a estes autos os comprovantes de notificação nos quinze dias subsequentes;</p> <p>9.4.2. suspenda os pagamentos efetuados com base nos atos ora impugnados, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, nos termos do inciso IX do art. 71 da Constituição Federal;</p> <p>9.4.3. adote medidas com vistas a suprimir o pagamento do percentual de 3,17% dos proventos do servidor Wilson Macário Vieira de Carvalho Martins, assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa;</p> <p>9.5. determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal que acompanhe o cumprimento das determinações contidas no subitem 9.4</p>					

• Providências adotadas	
Setor responsável pela implementação	Código SIORGI
Diretoria de Gestão de Pessoas	103599
Síntese da providência adotada:	
Foram cumpridas todas as determinações do referido Acórdão	
Síntese dos resultados obtidos:	
Análise crítica dos fatores positivos/ negativos que facilitaram/ prejudicaram a adoção de providências pelo gestor:	

* Não há deliberações do TCU pendentes de atendimento e não houveram recomendações expedidas pelo OCI para esta UJ.

14. INFORMAÇÕES SOBRE O TRATAMENTO DAS RECOMENDAÇÕES REALIZADAS PELA UNIDADE DE CONTROLE INTERNO, CASO EXISTA NA ESTRUTURA DO ÓRGÃO, APRESENTANDO AS JUSTIFICATIVAS PARA OS CASOS DE NÃO ACATAMENTO

Todas as recomendações da unidade de controle interno foram acatadas

15. OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS RELEVANTES PELA UNIDADE PARA DEMONSTRAR A CONFORMIDADE E O DESEMPENHO DA GESTÃO NO EXERCÍCIO.

15.1. RESULTADOS E CONCLUSÕES

Na área de Ensino apresentamos abaixo os cursos ofertados pelos Campi do Instituto Federal durante o ano de 2010:

Tabela 7. Cursos Técnicos ofertados em 2010

Campus	Modalidade	Cursos	Turno
Barbacena	Integrado presencial	Técnico em Agroindústria	Integral
		Técnico em Agropecuária	Integral
		Técnico em Química	Integral
		Técnico em Hospedagem	Integral
	Concomitante ao 2º e 3º ano do ensino médio ou subsequente presencial	Técnico em Informática	Noturno
	Subsequente presencial	Técnico em Nutrição e Dietética	Noturno
		Técnico em Enfermagem	Noturno
		Técnico em Segurança do Trabalho	Noturno
		Técnico em Meio Ambiente	Noturno
	Concomitante ao 2º e 3º do EJA ou subsequente a distância	Técnico em Agropecuária	-
PROEJA	Técnico de Cuidador de Idosos	Noturno	
Juiz de Fora	Integrado presencial	Técnico em Edificações	Integral
		Técnico em Eletromecânica	Integral
		Técnico em Eletrotécnica	Integral
		Técnico em Informática	Integral
		Técnico em Mecânica	Integral
		Técnico em Metalurgia	Integral
	Concomitante ao 2º e 3º ano do ensino médio ou subsequente presencial	Técnico em Design de Móveis ⁽³⁾	Vespertino
		Técnico em Eletromecânica	Noturno
		Técnico em Eletrotécnica	Noturno
		Técnico em Eventos	Vespertino/Noturno
		Técnico em Informática	Noturno
		Técnico em Mecânica	Noturno
		Técnico em Metalurgia	Noturno
		Técnico em Transações Imobiliárias	Noturno
		Técnico em Transporte Rodoviário	Noturno

	PROEJA presencial	Técnico em Secretariado	Noturno
Muriaé	Integrado presencial	Técnico em Agroecologia	Integral
	Concomitante ao 2º e 3º ano do ensino médio ou subsequente presencial	Técnico em Eletromecânica	Noturno
	Concomitante ao 3º ano do ensino médio ou subsequente presencial	Técnico em Secretariado Técnico em Vendas	Noturno Noturno
Rio Pomba	Integrado presencial	Técnico em Agropecuária	Integral
		Técnico em Alimentos	Integral
		Técnico em Florestas	Integral
		Técnico em Informática	Integral
		Técnico em Zootecnia	Integral
	Concomitante ao 2º e 3º ano do ensino médio ou subsequente presencial	Técnico em Informática	Noturno
	Concomitante ao 3º ano do ensino médio ou subsequente presencial	Técnico em Meio Ambiente	Noturno
		Técnico em Secretariado	Noturno
		Técnico em Vendas	Noturno
	Subsequente Presencial	Técnico em Segurança do Trabalho	Noturno
	Subsequente a distância	Técnico em Agropecuária	Matutino
Técnico em Meio Ambiente		-	
PROEJA presencial	Técnico em Agente Comunitário de Saúde	Noturno	
Avançado de São João del-Rei	Subsequente presencial	Técnico em Controle Ambiental	Noturno
		Técnico em Enfermagem	
		Técnico em Informática	Noturno
		Técnico em Informática para Internet	Noturno
		Técnico em Segurança no Trabalho	Noturno
	Especialização Pós-Técnico presencial	Enfermagem do Trabalho	Vespertino
Avançado de Santos Dumont	Concomitante ao 2º e 3º ano do ensino médio ou subsequente presencial	Técnico em Transporte Ferroviário	Noturno

Tabela 8. Cursos Superiores ofertados em 2010

Campus	Cursos	Grau
Barbacena	Administração	Bacharelado
	Agronomia	Bacharelado
	Química	Licenciatura
	Gestão Ambiental	Tecnólogo
	Gestão de Turismo	Tecnólogo
	Sistemas para Internet	Tecnólogo
Juiz de Fora	Engenharia Mecatrônica	Bacharelado
	Física	Licenciatura
Muriaé	Administração	Bacharelado
	Design de Moda	Tecnólogo
Rio Pomba	Administração	Bacharelado
	Agroecologia	Bacharelado
	Ciência da Computação	Bacharelado
	Ciência e Tecnologia de Alimentos	Bacharelado
	Laticínios	Tecnólogo
	Matemática	Licenciatura
	Zootecnia	Bacharelado

AÇÕES PROEJA 2010

O PROEJA tem seus alicerces na convergência de três campos da Educação que consideram: a formação para atuação no mundo do trabalho; o modo próprio de fazer a educação, considerando as especificidades dos sujeitos jovens e adultos; e a formação para o exercício da cidadania. O objetivo do Programa é integrar conhecimentos da educação geral com a formação profissional inicial e continua per meio de metodologias adequadas aos tempos e espaços da realidade dos sujeitos sociais, tendo como referência o perfil dos estudantes e suas experiências anteriores.

Com o objetivo de apresentar a ações realizadas pela Coordenação do Proeja – Reitoria no ano de 2010, pontuamos:

- **Cursos ofertados pelo IF Sudeste MG:**

CAMPUS BARBACENA:

PROEJA – Cuidador de Idosos

PROEJA FIC – Panificação

CAMPUS JUIZ DE FORA:

PROEJA – Secretariado

PROEJA FIC – Eletricidade e Mecânica

CAMPUS MURIAÉ:

PROEJA FIC – Reformador de Roupas e Secretariado

CAMPUS RIO POMBA:

PROEJA - Agente Comunitário de Saúde

PROEJA FIC – Vendas, Alimentos, Secretariado e Informática

O quantitativo de vagas ofertadas pelo IF Sudeste MG para PROEJA E PROEJA FIC foi de 420 vagas

Na área de Pesquisa, Inovação e Pós Graduação as ações desenvolvidas em 2010, enfrentaram-se desafios e limites, principalmente na fase de implantação da reitoria (Pró-reitoria), pois a concepção se formar a cultura do IF a partir do histórico e da vivência de cada campus, respeitando as antigas concepções e criando uma nova visão na instituição foi a tônica dos trabalhos.

A partir de várias reuniões do Comitê de Pesquisa e Inovação, regulamentado pelo Regimento Geral, foram se cumprindo as metas elencadas no início do ano, quais sejam:

Pesquisa

- Realização do Seminário sobre Elaboração de Projetos com foco nos Editais da FAPEMIG, com palestra nos Campi Juiz de Fora, Barbacena e Rio Pomba.
- Realização do Seminário sobre o Sistema Financiar nos Campi Juiz de Fora, Barbacena e Rio Pomba. Implementação do Sistema Financiar a todos os servidores.
- Criação do Programa Institucional de Iniciação Científica e Tecnológica, pela PORTARIA-R N° 329/2010, de 09 de junho de 2010.
- Lançamento de 06 (seis) editais de Iniciação Científica e Tecnológica ao longo do ano.
- Implantação do Programa Institucional de Iniciação Científica e Tecnológica nos Campi Barbacena, São João del Rei, Muriaé, Santos Dumont. Incorporação e adequação da gerência desses Programas nos Campi Rio Pomba e Juiz de Fora. Criação do fomento institucional a esse programa nos Campi Barbacena e Juiz de Fora.
- Aumento do número de bolsas pelos órgãos de fomento e pela Instituição: São mais 10 bolsas de BIC Jr/FAPEMIG (seção pela UFJF), 40 bolsas BIC Jr/CNPq, 02 bolsas PIBIC Af/CNPq, 15 bolsas PIBITI/CNPq, 08 bolsas PIBIC/IF Sudeste MG – Campus Barbacena, 02 bolsas PIBIC/IF Sudeste MG – Campus Juiz de Fora, totalizando um aumento de 77 bolsas de Iniciação Científica e Tecnológica. Em 2009, havia projetos de Iniciação Científica nos Campi Rio Pomba (10 bolsas BIC Jr/FAPEMIG, 10 bolsas PIBIC/FAPEMIG, 05 Bolsas PIBIC/CNPQ, 10 PIBIC IF Sudeste MG) e Juiz de Fora (13 bolsas BIC Jr/FAPEMIG, geridas em Programa da UFJF).
- Criação dos Comitês e Subcomitês de avaliação dos Projetos de Iniciação Científica e Tecnológica, pela Portaria n° N° 330/2010, de 09 de junho de 2010. .
- Lançamento do Edital do Programa de Apoio à Criação e Consolidação de Grupos de Pesquisa, alocando 06 bolsistas em projetos de pesquisa de grupos e R\$7.500,00 em infraestrutura para pesquisa desses grupos.
- Apoio e incentivo à realização dos eventos da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia em todos os campi: fomento à cultura de pesquisa e inovação.
- Cadastramento do Instituto Federal no IBAMA visando o transporte de material biológico para pesquisa nos campi, possibilitando pesquisas nessa área.
- Construção do Regimento Interno do Comitê de Ética em Pesquisa Humana, colocado para audiência pública em 2011.
- Construção do Sistema de Gestão de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (SG P, D&I) <http://www.ifsudestemg.edu.br/sistemas/pesquisa/acao/home.php> .

Resultados:

- No ano de 2010, iniciaram as pesquisas em 90 novos Projetos de Iniciação Científica e Tecnológica, em todos os campi do IF Sudeste MG, conseqüentemente um aumento de aproximadamente 133 % de bolsistas atuando em projetos de pesquisa.

- Vários docentes sentiram-se motivados a apresentarem projetos de pesquisa e extensão nos Editais de órgãos de fomento: Campus Barbacena aprovou projeto para realização de Feira de Ciências (CNPq), Campus Rio Pomba aprovou projeto Pró-docência (Capes) e PET (MEC),

Campus Juiz de Fora aprovou projeto 2º tempo (MEC) e 02 PET (MEC), Campus São João del Rei aprovou projeto Novos Talentos (Capes).

- Todos os servidores recebem informações sobre o lançamento dos diferentes editais.
- Aumento do número de grupos de pesquisa cadastrados no CNPq. Em 2009, eram 02 grupos certificados no CNPq; em 2010 são 14 Grupos, a saber:

Ciências Agrárias - 4 grupo(s)

Ciências Biológicas - 1 grupo

Ciências Exatas e da Terra - 1 grupo

Ciências Sociais Aplicadas - 1 grupo

Engenharias - 5 grupo(s)

Ciências Humanas - 2 grupo(s)

Total de grupos - 14 grupo(s)

Pós-graduação

- e) Aprovação dos Projetos de Minter e Dinter.
- f) Elaboração do Projeto de Mestrado Profissional em Ciência e Tecnologia dos Alimentos, apresentado para avaliação na Capes pelo Campus Rio Pomba.

Resultados:

- 15 servidores de vários campi qualificando-se em nível de mestrado em Extensão Rural na UFV.
- 09 servidores de vários campi (01 servidor do IFMG) qualificando-se em nível de doutorado em Ciências Ambientais na UFG.

Inovação

As ações ligadas à inovação foram discutidas com a equipe do NITTEC, composta pelo Diretor do NITTEC, Coordenador do NITTEC e, pelo menos, um gerente de inovação de cada campus, supervisionadas pela Pró-reitora de Pesquisa e Inovação, quais sejam:

- Execução do Projeto de criação do NIT, aprovado em 2009 pela FAPEMIG.
- Aprovação do Projeto de infraestrutura dos NITs, financiado pela SETEC, na ordem de 75.0000, sendo executados 59.312,05, em que foi priorizada a infraestrutura e acervo bibliográfico das gerências de Inovação em todos os 5 campi existentes à época.
- Aprovação do Projeto da FAPEMIG de manutenção do NIT, no valor de 134.714,64.
- Elaboração e aprovação do Regimento Interno do NITTEC e do Regulamento de Propriedade Intelectual do IF Sudeste MG.
- Elaboração do Planejamento Estratégico do NITTEC IF Sudeste MG.
- Realização do I Seminário de Inovação Tecnológica em todos os Campi.
- Realização de Capacitação aos servidores envolvidos no NITTEC (INOVATEC, Curso do CDT/UNB, participação no I SINPI - Seminário de Inovação e PI do CRITT, Curso Básico e Intermediário de Propriedade Intelectual para Gestores de Tecnologia (INPI), participação no Grupo de Pesquisa em Empreendedorismo, Inovação, Conhecimento, Inteligência e Sustentabilidade – Eicis).
- Regularização da Instituição perante a Rede Mineira de Inovação – RMI.
- Ingresso como membro na Rede Mineira de Propriedade Intelectual – PMPI.
- Visitas técnicas ao Critt e ao Centev. Estabelecimento de pautas para busca de parceria.
- Aprovação de 03 projetos de protótipos, em edital fomentado pelo CDT/UNB, pelo Campus Barbacena.
- Filiação ao FORTEC - O Fórum Nacional de Gestores de Inovação e Transferência de Tecnologia.

Resultados:

- Implantação das Gerências de Inovação em todos os campi.
- Atuação de 01 bolsista de Apoio Técnico e 02 de Iniciação Científica (FAPEMIG) na Gerência do Campus Rio Pomba.
- Seleção e contratação de 02 bolsistas BGCT III (FAPEMIG) (direito e economia), para atuarem na Reitoria.

Na área de Desenvolvimento Institucional podemos destacar a Elaboração do Regimento Geral do IF Sudeste de MG – para disciplinar as atividades comuns aos vários órgãos e serviços integrantes da estrutura organizacional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais, nos planos administrativo, didático- pedagógico e disciplinar.

A Implantação do Conselho Superior – de caráter consultivo e deliberativo, que é o órgão máximo do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais, sendo composto por representantes da comunidade acadêmica (docentes, discentes, servidores técnico-administrativos em educação, egressos, diretores- gerais e MEC) e da sociedade civil (entidades patronais, organizações sindicais, empresas do setor público e estatais);

Implantação do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CEPE: integrante da administração geral da Instituição, que tem funções normativas, consultivas e deliberativas sobre matéria acadêmica, didático-pedagógica, científica, artístico- cultural e desportiva;

Participação em Reuniões, Colegiados e Comissões – A PRODI participa e coordena a realização das reuniões dos principais órgãos normativos e consultivos do IF Sudeste MG, o Conselho Superior e Colégio de Dirigentes; também participa, como membro efetivo, do Fórum de Pró-Reitores de Desenvolvimento Institucional dos Institutos Federais (FDI), do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE), Comitê Gestor de Tecnologia da Informação, Comissão de Regulamentação da Atividade Docente. A PRODI tem procurado trabalhar na realização da sua principal missão: a articulação Campi- Reitoria, conhecendo as demandas, anseios e problemas de cada um deles.

Fiscalização das obras e reformas da estrutura física dos Campi, com investimentos do Governo Federal, dentro do Programa de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional.

Criação e manutenção do Portal da Reitoria – para aumentar a transparência da gestão participativa e permitir acesso rápido às informações, possibilitando um maior engajamento de alunos e servidores na solução dos problemas.

Implantação da intranet – Com o intuito de otimizar a interação entre a Reitoria e os Campi, principalmente no trânsito de documentos, solicitação de serviços e troca de informações, proporcionando melhoria na produtividade do trabalho, com segurança e redução de despesas, ferramenta para gerir o fluxo de comunicação em nosso Instituto, sistema de fluxo de comunicação que estabelece interface e integração entre os Campi.

Início da implantação dos módulos gerenciais do SIGA- EPT Administrativo e Acadêmico. SIGA-EPCT é um sistema integrado de gestão acadêmica desenvolvido com tecnologias livres e de forma colaborativa por várias instituições federais do Brasil. Um sistema desenvolvido pela rede e para a rede. O projeto SIGA- EPCT é um projeto estratégico do Ministério da Educação do Brasil – MEC, através da Secretaria da Educação Profissional e Tecnológica – SETEC e do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica – CONIF. O SIGA- EPCT visa automatizar a gestão dos processos institucionais acadêmicos através do SIGA-EDU (Ensino, Pesquisa e Extensão), administrativos (Protocolo, Recursos Humanos, Almoxarifado, Compras, Patrimônio, etc.) através do SIGA- ADM e Biblioteca.

CONCLUSÃO

O ano de 2010 se encerrou e fica a certeza de que o Instituto Federal Sudeste de MG evoluiu a passos largos para se tornar uma referência no ensino Profissional, com a criação de novos campi, a abertura de novos cursos, tanto no Ensino Técnico quanto no ensino Superior, procurando suprir as demandas constantes da região onde o mesmo está inserido.

Salientamos que a busca pelo processo de melhoria da Gestão do Instituto é constante e ainda há muito que se melhorar, tanto na área acadêmica, quanto na administrativa, pois mesmo com o apoio do Governo Federal, que vem investindo de forma constante na Educação, com contratação de novos servidores administrativos e docentes, ainda falta muito na estrutura física e de recursos humanos para os Campi e a Reitoria.

Porém é inegável o avanço obtido nos últimos anos na Educação Profissional e para o próximo ano buscaremos a continuidade destas melhorias de forma que ela se torne uma constante dentro do nosso País e de nosso Instituto de forma mais específica.

ANEXOS

Anexo I

Declaração da área responsável atestando que as informações referentes a contratos e convênios ou outros instrumentos congêneres estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010.

Anexo II

Declaração do contador responsável pela unidade jurisdicionada atestando que os demonstrativos contábeis (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964) e o demonstrativo levantado por unidade gestora responsável – UGR (válido apenas para as unidades gestoras não executoras) refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta relatório de gestão.

Anexo III

Declaração e informações sobre o cumprimento das obrigações estabelecidas na Lei nº 8.730, de 10 de novembro de 1993, relacionadas à entrega e ao tratamento das declarações de bens e rendas.


ANEXO - I



D E C L A R A Ç Ã O

Declaramos para os devidos fins que as informações referentes a contratos e convênios ou outros instrumentos congêneres estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração e Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei 12.309, de 9 de agosto de 2010.

Juiz de Fora, 25 de março de 2011


Rafael de Oliveira Leite
Coordenador de Contratos

Rafael de Oliveira Leite
Coordenador de
Contratos
Portaria nº 374, de 07/07/2010

ANEXO II

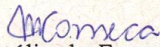
DECLARAÇÃO

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO
SUDESTE DE MINAS GERAIS - REITORIA - UG 158123

Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previsto na Lei nº. 4.320, de 17 de março de 1964) refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Juiz de Fora, 22 de Fevereiro de 2011.


Janicrélia da Fonseca
CRC/MG 075453/0-5

ANEXO III



DECLARAÇÃO

IF Sudeste MG - Juiz de Fora, 31 de março de 2011.

Mediante a criação dos Institutos Federais, com a edição da Lei 11.892/2008, e a reforma administração que unificou os procedimentos da folha de pagamento, no SIAPE a partir de 01/01/2010, dos servidores oriundos das antigas autarquias (CEFETRP e EAF Barbacena) e da antiga escola vinculada a UFJF (CTU), estamos providenciando a notificação aos servidores para o devido cumprimento das determinações contidas na Lei 8.730/93, referente ao ano base 2010.

Por ser verdade, firmamos o presente.


Nilva Celestina do Carmo
Diretora de Gestão de Pessoas